



**SENADO FEDERAL  
UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO  
UNILEGIS**

**ROSANA SILVEIRA JOBIM**

**DISCURSOS NA TV:  
O estilo midiático nas sessões do Senado**

**Brasília – DF  
2008**



**ROSANA SILVEIRA JOBIM**

**DISCURSOS NA TV:  
O estilo midiático nas sessões do Senado**

Trabalho final apresentado para aprovação no curso de pós-graduação *lato sensu* em Comunicação Legislativa, realizado pela Universidade do Legislativo Brasileiro, em parceria com a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, como requisito para obtenção do título de especialista em Comunicação Legislativa.

Orientadora: Valéria Ribeiro da  
Silva Franklin Almeida

Brasília – DF  
2008

**DISCURSOS NA TV:**  
**O estilo midiático nas sessões do Senado**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Comunicação Legislativa realizado pela Universidade do Legislativo Brasileiro, em parceria com a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, no 1º semestre de 2008.

Aluno: Rosana Silveira Jobim

Banca Examinadora:

---

Valéria Ribeiro da Silva Franklin Almeida

---

Ana Lucia C. R. Novelli

Brasília, de 2008.

## **AGRADECIMENTOS**

À orientadora Valéria Franklin Almeida, pelo carinho, disponibilidade e determinação com que abraçou o trabalho, e, acima de tudo, pelas valorosas orientações.

Aos meus pais, pela compreensão e incentivo.

Aos meus amados filhos, pelo respeito aos meus estudos.

Aos meus colegas de trabalho e de curso, pela convivência.

*“Que é a política senão obra de  
homens?”  
Machado de Assis*

## RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise dos discursos parlamentares, proferidos no plenário do Senado Federal, buscando identificar se estes sofreram ou sofrem alguma transformação em termos de conteúdo, formato e linguagem, em decorrência do advento da mídia, no caso específico, a TV Senado. Nesse contexto, a pesquisa utiliza como diretriz a percepção conceitual de que os discursos estariam se adequando à lógica midiática, apropriada para a produção de entretenimento.

Para tanto, utilizou-se como método principal a revisão bibliográfica, em boa parte sustentada pela fundamentação teórica de Wilson Gomes, apresentada no livro *Transformações da política na era da comunicação de massa*, no qual o autor disserta sobre a lógica midiática. Como método auxiliar de pesquisa, este levantamento se volta para a avaliação dos próprios discursos, objeto central do estudo. Fez-se necessário buscar, igualmente, o conceito de política, de espetacularização da política, de cultura midiática, de discurso e de retórica, além dos fundamentos desses valores registrados na história da humanidade.

**Palavras-chave:** discurso parlamentar; espetáculo; mídia; política, TV Senado.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. DA POLÍTICA À COMUNICAÇÃO.....	9
2.1. POLÍTICA, ESTADO E PODER.....	9
2.2. DEMOCRACIA.....	13
2.3. CAMPO POLÍTICO.....	17
2.4. COMUNICAÇÃO.....	19
3. COMUNICAÇÃO E PRÁTICA POLÍTICA.....	24
3.1. POLÍTICA MUDIÁTICA.....	24
3.2. CULTURA MUDIÁTICA .....	28
3.3. A POLÍTICA NA LÓGICA DO ENTRETENIMENTO.....	29
4. DISCURSOS POLÍTICOS NO LEGISLATIVO .....	33
4.1. RETÓRICA.....	33
4.2. O PODER LEGISLATIVO.....	38
4.3. DISCURSO E USO DA PALAVRA.....	46
5. O SENADO FEDERAL NA TV .....	46
5.1. A TV SENADO .....	46
5.2. OS DISCURSOS NA TV .....	49
5.3. EXEMPLIFICAÇÕES .....	50
6. CONCLUSÃO .....	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	67
ANEXO.....	73

## 1. Introdução

A manifestação discursiva é uma das mais importantes e antigas atividades políticas. A palavra sempre foi e continua sendo uma “arma natural” de persuasão e convencimento, em especial no campo da prática política. No entanto, os discursos políticos, pronunciados no âmbito do Poder Legislativo e transmitidos ao vivo pela TV Senado, parecem estar perdendo essas características naturais e, conseqüentemente, o poder e a notoriedade a eles agregados. Verifica-se, não obstante, que os parlamentares fazem uso da palavra com regularidade, estando a prática discursiva desvalorizada ou não.

É importante ressaltar, entretanto, que o discurso político muda de acordo com o contexto histórico em que se inclui. Nas atividades políticas de outrora, os homens se dirigiam uns aos outros pelo discurso, no qual deveriam dominar idéias, argumentos e capacidade de compreensão daqueles que formavam a audiência. Antes essencialmente retórico, o discurso parlamentar vem hoje assumindo características da lógica midiática e da sociedade contemporânea, talvez com o objetivo de alcançar credibilidade e visibilidade.

Partindo do pressuposto de que a mídia detém hoje uma centralidade muito grande no cenário político da vida moderna, busca-se, aqui, identificar se a mídia, em particular a TV Senado, estaria causando, ou mesmo impondo, aos discursos políticos algum tipo de mudança ou de interferência. Será que a exibição política dos trabalhos do Legislativo na TV estaria sendo usada de maneira eficaz para a formação de impressões e imagens públicas? Estariam os discursos de plenário transformando-se em produtos de consumo? Estariam os telespectadores consumindo os discursos dos parlamentares, como um mero programa de entretenimento? São essas as principais indagações, para as quais esta pesquisa tenta buscar respostas. Além do apoio bibliográfico de pensadores e teóricos que se dispuseram a pensar os temas que aqui se entrelaçam, de maneira individual ou conectados, este trabalho alicerça-se no acompanhamento diário dos discursos nas sessões plenárias do Senado Federal.

Procura-se, aqui, por conseguinte, circunscrever o objeto de estudo. Assim, parte-se de noções preliminares, como se estivesse procurando fios interligados que

dão vida ao discurso parlamentar. A política e suas bases são com certeza o ponto de partida. A aproximação da política com a mídia é o cerne do trabalho. Daí a necessidade de se desdobrar essa aproximação em política-espetáculo, em cultura midiática, bem como no entendimento das funções da mídia.

A análise da retórica e do Poder Legislativo, conhecido também por Parlamento, talvez dispense comentários sobre a urgência de figurarem nesta pesquisa. O Plenário do Senado, local onde se faz uso da prática discursiva, assume o papel de palco por sua própria natureza política. No entanto, encontra-se nesse ambiente a sobreposição de forças, discursos políticos e presença da mídia.

O que surge desse encontro poderá parecer à primeira vista bastante simples e banal. Mas a proposta é verificar se esse encontro pode se configurar em uma das razões pelas quais a prática discursiva vem perdendo credibilidade. As amostragens dos discursos parlamentares, incluídas ao final da pesquisa, poderão sugerir análises bastante subjetivas, mas suscitarão questionamentos sobre o papel elementar dos discursos políticos, e isso, por si só, dará valor a este trabalho.

## 2. Da política à comunicação

### 2.1. Política, Estado e Poder

Conceituar a política é tarefa das mais árduas. A Filosofia e a Ciência Política há muito vêm debruçando-se sobre o tema para determinar seu conceito geral. Popularmente relaciona-se política a categorias como governo, Estado e poder. No entanto, tal subordinação não acontece por acaso. Desde a Antiguidade, a política esteve associada às várias formas de poder do homem. Na verdade, “Estado e política têm em comum a referência ao fenômeno do poder” (NOGUEIRA FILHO, 2007a, 131.)

Nas sociedades primitivas, a natureza era um bem coletivo, não existiam propriedades nem classes, cada um impunha a sua própria autoridade, era o chamado *Estado da Natureza*. “A regra que prevalecia era cada um por si e, portanto, cada um contra todos” (NOGUEIRA FILHO, 2007a, 129).

Acompanhando o pensamento de Nogueira Filho (2007a, 129), verifica-se que “a política surge como consequência da civilização, e o Estado como a necessidade de se impor a ordem”. Dessa forma, ainda nas palavras desse autor, “é a política que nos permite viver civilizadamente” (2007a, 129). Hannah Arendt (2002, 46), por sua vez, enfatiza que “a política existe e existiu sempre e em toda parte, onde os homens convivem num sentido histórico-civilizatório”.

Numa explicação da origem do vocábulo, Norberto Bobbio conclui que o termo política é derivado do “adjetivo de *pólis* (*politikós*), significando tudo aquilo que se refere à cidade, e, portanto, ao cidadão, civil, público e também sociável e social” (BOBBIO, 2000, 159). O termo se propagou por influência da obra de Aristóteles, intitulada **Política**, considerada por muitos o primeiro tratado sobre o Estado e sobre as várias formas de governo. No entanto, seu significado vem se modificando através dos séculos, a cada mudança cultural, como bem diz Kenneth Minogue (1998, 11). Bobbio destaca que geralmente “usamos o termo *política* para designar a esfera das ações que faz alguma referência direta ou indireta à conquista e ao exercício do poder último (ou supremo, ou soberano) em uma comunidade de indivíduos sobre um território” (2000, 216).

Com o fim das sociedades primitivas, surgiu então o Estado, ou seja, uma sociedade, que vive em um determinado território sob um poder de coerção supremo ou soberano (FERREIRA FILHO, 1967, 66). Filósofos e cientistas políticos afirmam que o Estado é a mais importante de todas as instituições políticas, por isso, muitas vezes a política foi e é chamada de a “Teoria do Estado”.

Cabe ressaltar que não há uma única definição de Estado que seja amplamente aceita. As definições são pontos de vista de cada doutrina, de cada autor. “Uns consideram o Estado como organismo natural ou produto da evolução histórica, outros como entidade artificial, resultante da vontade coletiva manifestada em um dado momento; outros como o objeto de direito, outros como sujeito de direito” (MALUF, 1972, 24). Max Weber definiu o Estado como “uma empresa com caráter de instituição política, onde o quadro administrativo reivindica com êxito o monopólio legítimo da coerção física para realizar as ordens vigentes” (WEBER, 1991, 34).

Na **Política**, de Aristóteles, podem-se distinguir três formas típicas de poder: o poder do pai sobre os filhos; do senhor sobre os escravos e do governante sobre os governados. Este último, segundo Bobbio (2000, 216), é o poder político. O poder político é uma forma específica de poder, distinta de todas as demais. “Poder político é o que opõe o grupo governante a todos os demais grupos que integram a sociedade, na medida em que é o único eficiente para impedir a insubordinação e a desobediência, tanto quanto para dissuadir os que pretendam usar a força física em seu próprio benefício, caso em que desafiam o monopólio e a exclusividade do Estado para aplicar esse recurso” (NOGUEIRA FILHO, 2007a, 145).

Dessa forma, segundo esclarece Bobbio (2000, 221), o critério mais adequado para diferenciar o poder político das outras formas de poder, bem como para delimitar o campo da política, é o meio do qual se serve o poder político: a força. Para esse autor (2000, 222), “o poder político é também aquele poder ao qual se apela para resolver os conflitos, cuja falta de solução teria por efeito a desagregação interna da comunidade política”.

Interessante ressaltar que o poder político já está dentro do Estado, apresentando-se juridicamente institucionalizado, como ensina Afonso Arinos de Melo Franco (1968, 96). Conclui-se, por conseguinte, que só o Estado possui o monopólio da coerção legal e que a ordem estatal não é submetida à outra ordem da

mesma espécie, poder ou autoridade. Essa ausência de subordinação é o que se denomina soberania.

Observa-se, no entanto, que a soberania não é requisito essencial ao Estado. Houve Estados subordinados ao Papado ou ao Império. Estados que, enfim, não eram soberanos, mas apresentavam os requisitos mínimos de existência: “sobre um determinado território, se tenha formado um poder capaz de tomar decisões e torná-las efetivas para todos aqueles que o habitam, sendo respeitadas pela grande maioria dos destinatários, no caso em que seja requerida obediência” (NOGUEIRA FILHO, 2007a, 103).

“Como obter que milhões de cidadãos aceitem, voluntariamente, acatar e cumprir normas estabelecidas pelo Estado?”, questiona Octaciano Nogueira Filho (2007a, 153). Segundo ele, o Estado se vale de dois princípios para conseguir tal obediência: o princípio da legalidade e o princípio da legitimidade. “O momento da legalidade é o da investidura e o momento da legitimidade é o do exercício do poder” (2007a, 153).

Sempre seguindo as explicações de Octaciano Nogueira Filho, observa-se que a legalidade de um ato é um conceito absoluto, ou é legal ou ilegal, está de acordo com a lei ou não. Já a legitimidade é um conceito relativo, variável no tempo. O legítimo hoje pode se tornar ilegítimo amanhã, “em face das reações adversas que provoca” (NOGUEIRA FILHO, 2007a, 154). A legitimidade pode variar com o tempo e lugar, bem como entre grupos e culturas.

Convém salientar que, enquanto houver concordância sobre o que é legítimo, tanto a política como o governo funcionarão adequadamente. É necessário, portanto, levar em conta o nível do consenso e o de dissenso que os atos, procedimentos ou decisões provocam na população. “Essa percepção constitui aquilo que se convencionou chamar de “imagem social do poder”. (NOGUEIRA FILHO, 2007a, 154).

Harold Lasswell inicia seu livro ***Política: quem ganha o que, quando, como***, afirmando que “o estudo da política é o estudo da influência e de quem é influente” (1984, 15). É por intermédio da influência política, entendida aqui como manipulação ou uso da persuasão, que os eleitos conseguem que a opinião pública adote como suas as decisões alheias (FERREIRA FILHO, 1967, 56). A prática política vê-se, portanto, obrigada a se ajustar à opinião pública predominante, uma vez que a

esfera civil, o público, é aquele que autoriza quem governa ou quem legisla, conferindo-lhe legitimidade (GOMES, 2007, 111).

Muitas vezes identificados como uma única entidade, Governo e Estado se diferenciam pelo fato de o primeiro ser sempre transitório, e o segundo sempre permanente. Os governos são “os titulares do poder do Estado” e podem ser encarados tanto como “uma estrutura organizacional, que envolve os poderes do Estado, como uma função que dirige e administra o conjunto de órgãos que o compõem” (NOGUEIRA FILHO, 2007a, 106 e 108).

Karl Deutsch, em ***Política e Governo***, afirma que:

A política e governo referem-se a um único complexo de atividades, encarado a partir de perspectivas diferentes, mas sobrepostas. A política enfatiza as demandas competitivas e a alocação de valores.(...) O governo enfatiza a direção e controle. A política ocupa-se da clássica pergunta de Harold Lasswell ‘Quem ganha o que, quando, como?’ O governo trata da interrogação ‘Quem controla o que, quando e como?’ Uma das distinções entre política e governo é esta diferenciação entre obter e controlar (DEUTSCH, 1979, 181 *apud* NOGUEIRA FILHO, 2007a, 109).

Cumprе ressaltar que o poder do Estado pode ser limitado por uma norma ou conjunto de normas. Tem-se então a supremacia da Constituição Federal. Como explica José Afonso da Silva (2007, 47): “Nossa Constituição é rígida...É a lei fundamental e suprema do Estado Brasileiro. Toda autoridade só nela encontra fundamento e só ela confere poderes e competências governamentais”.

Com a preocupação constante de se evitar a concentração de todo o poder numa só pessoa ou num só órgão, tanto os filósofos gregos como os teóricos defenderam a divisão do poder em funções. Mas foi Montesquieu, no século XVIII, com a obra *O Espírito das Leis*, que sistematizou a divisão funcional do poder, a separação dos poderes do Estado em funções legislativa, executiva e judiciária. A divisão dos poderes consiste em confiar cada uma das funções governamentais a órgãos diferentes.

O Poder Executivo tem por função a prática de atos de chefia de estado, de governo e de administração e é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado. (SILVA, 2007, 542). O Poder Judiciário tem por função solucionar conflitos de interesses em cada caso concreto. “Isso é o que se chama função jurisdicional ou simplesmente jurisdição, que se realiza por meio de um processo judicial.” (SILVA, 2007, 552).

Já o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, no denominado sistema bicameral. Suas atribuições não se limitam à elaboração de leis, pois englobam as funções de fiscalização e controle, de julgamento de crimes de responsabilidade, entre outras (SILVA, 2007, 520).

Diante dos inúmeros conceitos expostos, pode-se, numa tentativa de sistematizar o que é política, afirmar que política é o uso de meios não destrutivos para solucionar ou mesmo administrar conflitos. É uma prática de negociação para conciliar conflitos gerados pela convivência e pela pluralidade dos homens, a fim de que vivam de maneira civilizada. A guerra seria exatamente o oposto da política, pois os meios utilizados seriam destrutivos.

## **2.2. Democracia**

Norberto Bobbio (2000, 386) define a democracia como “o poder em público”. Ao usar tal expressão, refere-se a todos “os expedientes institucionais que obrigam os governantes a tomarem as suas decisões às claras e permitem que os governados “vejam como e onde as tomam”. Bobbio ressalta, de maneira apropriada ao tema, que “o público do qual precisa a democracia é o público composto por aqueles que sabem o que querem” (2000, 399).

Popularmente entende-se a democracia como o desejo da maioria. Segundo Norberto Bobbio (2000, 429), trata-se de uma interpretação equivocada dos clássicos, mas que se tornou corriqueira, uma vez que o termo surgiu em oposição à autocracia, governo de um só homem, e à aristocracia, governo de poucos. Por maioria deve ser entendido “um sujeito coletivo do poder político em oposição a outros sujeitos, tais como o monarca, os ricos, os nobres. (BOBBIO, 2000, 429).

Em um primeiro momento, surgiu a chamada teoria aristotélica, na qual a “democracia é o governo do povo, ou melhor, de todos aqueles que gozam dos direitos de cidadania” (Bobbio, 2000, 319). O que se queria dizer é que “o poder político está nas mãos dos mais e dos muitos em oposição ao poder de um só ou de poucos, não significa em absoluto dizer que o poder político seja exercido mediante a aplicação da regra da maioria” (2000, 429).

Para Aristóteles, a democracia é o governo de muitos, uma vez que é o governo dos pobres, da maioria da população. A democracia de Aristóteles era a chamada democracia direta, na qual os próprios cidadãos tomavam as decisões que lhes diziam respeito.

Recorrendo novamente a Octaciano Nogueira Filho, descobre-se que Aristóteles trata das formas de governo “valendo-se de dois critérios, um quantitativo, que se refere a *quantos governam* (um, poucos ou muitos) e outro qualitativo, *como governam*, se em seu próprio interesse, ou no interesse coletivo”. (NOGUEIRA FILHO, 2007b, 47).

Em termos de quantidade, Aristóteles classificaria as formas de governo em puras — a monarquia, a aristocracia e a politéia<sup>1</sup> — e impuras — a tirania, a oligarquia e a democracia. “Sua idéia é a de que não há uma só espécie de cada uma das formas de governo, e menos ainda uma que seja naturalmente correta” (NOGUEIRA FILHO, 2007b, 48). Afonso Arinos de Melo Franco (1968, 78) traduz um pouco do pensamento de Aristóteles, afirmando que, para o filósofo, a liberdade era o princípio essencial da doutrina democrática.

A liberdade democrática só será entendida e alcançada na medida em que o homem possa viver como for do seu agrado, isto é, sem sofrer a opressão dos outros homens. Porém o único meio de se reduzir a opressão ao mínimo é partir do princípio da igualdade, que faz com que a vontade de cada homem valha tanto como a de qualquer dos seus semelhantes, independentemente das diferenças de nascimento, de capacidade ou de fortuna (FRANCO, 1968, 78).

Outro modelo de democracia se deu em Roma, alguns poucos séculos antes de Cristo, apoiado na soberania popular, em que “o poder supremo deriva do povo e se torna representativo ou deriva do príncipe e se transmite por delegação do superior para o inferior” (BOBBIO, 2000, 319). Seria a chamada democracia indireta.

Outra teoria, conhecida como teoria moderna, é a teoria de Maquiavel, segundo a qual “as formas históricas de Governo são essencialmente duas: a monarquia e a república, onde a antiga democracia nada mais é do que uma forma de república (a outra é a aristocracia)” (BOBBIO, 2000, 319).

No século XVII, surge na Europa a idéia de democracia representativa, conceito originalmente ligado à posse. Nos parlamentos, figuravam cidadãos eleitos

---

<sup>1</sup> “Foi o termo *politéia*, nome de uma obra de Platão, que Cícero traduziu para o latim *res publica*” (STARLING, 2006, 74)

para representar determinadas parcelas da sociedade, na maioria aqueles que possuíam bens (DANTAS, 2007, 20).

No século XX, comparece um grande diferencial das democracias, o sufrágio universal, como argumenta Humberto Dantas (2007, 21). É assim que voto e eleição são requisitos indispensáveis para que haja democracia; no entanto, não são condições suficientes para que ocorra a democracia. A representação é um dos problemas mais difíceis do Direito público e da Ciência Política e é a que interessa aqui, uma vez ser o objeto deste estudo justamente o discurso político dos representantes do povo.

A Constituição brasileira estabelece o Estado federal e o sistema de governo democrático representativo, com forma republicana. Maurizio Cotta afirma que a representação política “é um fenômeno complexo, cujo núcleo consiste num processo de escolha dos governantes e de controle sobre sua ação através de eleições competitivas” (COTTA, 1984, 13).

Norberto Bobbio diz que, na expressão *democracia representativa*, “o adjetivo já adquiriu dois sentidos: “uma democracia é representativa no duplo sentido de possuir um órgão no qual as decisões coletivas são tomadas por representantes, e de espelhar através desses representantes os diferentes grupos de opinião ou de interesse que se formam na sociedade” (2000, 458).

Sem dúvida, a ligação entre os governantes e os governados, entre eleitor e eleito, merece atenção especial. Primeiro porque aquele que detém o direito de escolher é aquele que obedece, e aquele que é o escolhido é o que manda. “O representante recebe um poder de querer, de querer pelo todo, torna-se a vontade do todo. A eleição, a escolha do representante, é, portanto, uma atribuição de competência. Nada o vincula, juridicamente, à vontade dos eleitores. No máximo, reconhece-se que a moral e o seu próprio interesse o impelem a atender os desejos do eleitorado. O próprio interesse porque o tempo trará nova eleição” (FERREIRA FILHO, 1967, 55).

Norberto Bobbio (2002, 31 e 32) seleciona três condições para uma definição mínima de democracia:

1ª: “atribuição a um elevado número de cidadãos do direito de participar direta ou indiretamente da tomada de decisões coletivas”;

2ª: "existência de regras de procedimento, como a regra da maioria, na qual são consideradas decisões coletivas as aprovadas ao menos pela maioria daqueles a quem compete tomar a decisão";

3ª: "garantia, àqueles que são chamados a decidir ou eleger os que deverão decidir, dos direitos de liberdade, de opinião, de expressão das próprias opiniões, de reunião, de associação etc."

Hoje "a democracia transcende o simples conceito de votar" (DANTAS, 2007, 26). Segundo Humberto Dantas, acontece uma evolução para um conceito mais amplo de *democracia participativa*, no qual os cidadãos podem se aproximar mais das decisões por alguns mecanismos específicos, tais como: plebiscito, referendo, lei de iniciativa popular, conselhos gestores de políticas públicas, entre outros.

Ao se falar de democracia, não se pode, contudo, deixar de mencionar o papel dos partidos políticos, dos grupos de pressão e dos grupos de interesse. Todos articulam interesses e tentam fazer a intermediação entre as demandas da sociedade e as do Governo. Os partidos políticos diferenciam-se dos demais, pois participam diretamente da competição eleitoral (QUEIROZ, 2006, 88). Além disso, partidos políticos são instrumentos básicos da representação.

No entanto, discute-se muito, hoje, a chamada crise de representatividade dos partidos. Há uma corrente de estudos que vê a mídia ocupando o espaço dos partidos políticos.

A perspectiva social dos meios, que, justamente por considerar os partidos políticos inoperantes, se volta para a sociedade civil e percebe um terreno fértil para o desenvolvimento das mediações sociais através de uma nova forma de democracia comunicativa (SARTI, 2000, 7).

De acordo com Davys Sleman de Negreiros, Mestre em Sociologia Política, "podemos afirmar que há um vácuo de representatividade e que num determinado momento foi preenchido pelos mídias" (NEGREIROS, 1989, 2).

De modo geral, persiste a preocupação de que, no espaço público configurado pela mídia, a política tende a perder o seu conteúdo próprio e os partidos políticos, sua identidade como mediadores de interesse entre a sociedade e o Estado. Como destaca Garcia Canclíni, ao ocupar o lugar das mediações que seria próprio da política, os mídias estabeleceriam uma nova diagramação dos espaços e intercâmbios urbanos (NEGREIROS, 1989, 2).

Ademais, sem aprofundar a questão da representatividade dos partidos políticos, convém ressaltar, já no primeiro capítulo deste trabalho, um “consenso da centralidade da mídia, em especial da televisão, na construção da democracia contemporânea” (SARTI, 2000, 7).

### **2. 3. Campo político**

A política regula várias atividades de nossa vida social. Regula as relações de força em situações de conflito; estabelece relações de igualdade entre os indivíduos; legisla, mediante leis que produzam o bem comum; enfim, é um espaço de ação, o qual depende, por sua vez, de espaços de discussão e de persuasão.

Em uma democracia, as decisões devem ser fundamentadas e justificadas a fim de que recebam a anuência de todos e possam produzir o bem comum. Isso determina ou pressupõe a existência de um espaço de discussão, no qual se elaborem os objetivos a seguir, bem como um espaço de persuasão, no qual a instância política tente conseguir a anuência da instância civil a suas ações.

A esfera pública desempenha nesse processo todo uma posição de destaque. Em que pesem os inúmeros trabalhos acadêmicos sobre esfera pública, objetiva-se aqui tratá-la simplesmente como *locus* da prática política. Assim, os estudos teóricos sobre o assunto não serão aprofundados; no entanto, os conceitos considerados mais pertinentes não deixarão de ser citados.

Para Sérgio Costa (1995, 55), a esfera pública torna-se “a arena onde se dá tanto a amálgama da vontade coletiva quanto a justificação de decisões políticas previamente acertadas”. Na tentativa de descrever a esfera pública, esse autor analisa dois modelos básicos: o modelo funcionalista e o modelo teórico-discursivo.

No primeiro, a esfera pública é vista como um “mercado de opiniões”, no qual os diferentes atores sociais procuram “participar do processo de geração da opinião pública e influenciar, por esta via, as instâncias de decisão” (COSTA, 1995, 56). Tal modelo caracteriza-se pela centralidade conferida aos meios de comunicação de massa e pelo esvaziamento discursivo da esfera pública. Os atores sociais, partidos, grupos de interesse, movimentos sociais, servem-se da esfera pública como palco de encenação na luta por “influência político-publicitária”, ou seja, na busca de fatos noticiáveis (COSTA, 1995, 61).

O discurso apelativo do espetáculo político-moral dos media não dissolveu, é verdade, o discurso argumentativo dos intelectuais – as reminiscências da esfera pública burguesa persistem, com certeza, nos círculos universitários, academias e revisitas especiais. Entretanto, a esfera pública hoje é produzida antes por estratégias políticas persuasivas e de imagens que por estratégias políticas verbais e argumentativas (BARINGHORST, 1996 *apud* COSTA, 1997, p. 120)

No segundo conceito, desenvolvido por Jürgen Habermas, “a esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nelas os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos” (HABERMAS, 2003a, 92, v II). Em outras palavras, “a esfera pública forma uma estrutura intermediária que faz a mediação entre o sistema político, de um lado, e os setores privados do mundo da vida e sistemas de ação especializados em termos de funções, de outro lado” (HABERMAS, 2003a, 107, v II).

Segundo Patrick Charaudeau (2006, 28), o espaço público não seria gerenciável, se as atividades não fossem definidas por desafios particulares. Assim, Charaudeau divide em setores os tipos de atividades da política ou campos de ação: o jurídico, o econômico, o midiático e o político. Todos interagem uns com os outros e, quase sempre, encontram-se em relações de interdependência.

Compete ao setor jurídico regulamentar os conflitos sociais. Ao setor econômico, regular o mercado. O desafio do setor midiático é permitir a circulação de informações ao maior número de pessoas. O setor político, constituído pelos mandatários do poder político, é responsável por “estabelecer regras para a governança, distribuindo tarefas e responsabilidades mediante a instauração das instâncias legislativas e executivas” (CHARAUDEAU, 2006, 28).

A esfera política ou setor político é responsável, portanto, pelas decisões políticas. Há nessa esfera dois conjuntos de atividades correlacionadas. Primeiro, o governo propriamente dito (Poder Executivo), responsável pela gestão da coisa pública; segundo, o Poder Legislativo, responsável pela produção de regras política, leis aprovadas após decisões parlamentares.

Convém destacar no momento, antes do início de outro capítulo, que as sociedades estão cada vez mais complexas e mais politizadas. Aumenta a cada dia o número de atores sociais agindo na esfera pública. Os setores da política, enumerados anteriormente, estão sempre em interação, ainda mais, pelo fato de a mídia, ou os *media*, atravessarem os espaços, modificando-os.

Como bem demonstra a teoria do *agenda-setting*<sup>2</sup>, a mídia possui a capacidade de determinar as preocupações públicas, ao destacar temas e preterir, ofuscar ou mesmo ignorar outros. Além disso, por essa linha de pensamento, os agentes políticos estão sempre disputando espaço na agenda e, para isso, precisam sensibilizar a mídia e, assim, atingir a esfera pública.

De acordo com Luiz Felipe Miguel, os *media* “detêm o quase-monopólio da difusão de informações, de discursos e de representações simbólicas do mundo social; são a fonte, direta ou indireta, da esmagadora maioria das informações de que os cidadãos dispõem para compreenderem o mundo social em que vivem” (MIGUEL, 2003b, 132). Pensar que o parlamento é o local ideal para o debate público é uma percepção equivocada, segundo esse autor. Para ele, a função de representação política significa tomar decisões por outros, mas também participar da elaboração da agenda pública e do debate público em nome de outros. Assim, Luiz Felipe destaca que os meios de comunicação exercem uma “função representativa nas sociedades contemporâneas” (MIGUEL, 2003b, 133).

O certo é que a esfera pública nunca será homogênea, seus espaços se cruzam e se sobrepõem constantemente. O privado e o público misturam-se, ninguém está mais sozinho, mesmo que vivam separados, tudo se torna público a cada minuto. A mídia vai apoderando-se progressivamente de todo o espaço privado.

Na verdade, a sociedade da midiatização alcançou no mais alto grau – e com os efeitos perversos que sempre acompanham o excesso – as duas condições complementares (...): construção de um espaço de comunicação no qual o agir comunicativo, como troca de argumentos racionais, deveria constituir uma mediação social entre o Estado e a sociedade civil; construção de um espaço do viver junto, no qual os atores, as ações e os acontecimentos sociais devem ser “publicizados” para que se elabore o julgamento coletivo e se construa um “senso comum. (CHARAUDEAU, 2006, 27.)

## 2.4. Comunicação

Uma vez percorridas as noções e conceitos preliminares da política e da democracia, cumpre analisar comunicação. Adota-se, assim, a linha de raciocínio de Dominique Wolton, para quem “é impossível falar de comunicação sem falar de democracia” (2006, 25). Dessa forma, esta pesquisa busca discorrer um pouco sobre o conceito de comunicação e sua breve história.

---

<sup>2</sup> Tal teoria foi formulada por Maxwell McCombs e Donald Shaw na década de 1970.

A comunicação, assim como a política, existe desde que os homens vivem em sociedade. No entanto, segundo Wolton, ela adquire maior importância quando a sociedade migra de uma sociedade fechada para uma sociedade aberta, desenvolvendo-se com o crescimento urbano e com a democracia. Direito de oposição, pluralismo, liberdade e igualdade são batalhas presentes tanto na democracia como na comunicação entre os homens. “Comunicar é ser livre, mas é, sobretudo, reconhecer o outro como seu igual” (WOLTON, 2006, 27).

Entre inúmeras definições e conceitos, este trabalho escolheu a de John Thompson, segundo a qual a comunicação é “um tipo distinto de atividade social que envolve a produção, a transmissão e a recepção de formas simbólicas e implica a utilização de recursos de vários tipos” (THOMPSON, 1998, 25). Importante frisar que se deve entender formas simbólicas como informações, conteúdos e materiais que “são significativos para os indivíduos que os produzem e os recebem” (THOMPSON, 1998, 19).

O mesmo autor destaca três importantes atributos dos meios técnicos utilizados na produção e na transmissão das formas simbólicas. Ele se utiliza da expressão “meio técnico de comunicação para se referir aos elementos materiais pelos quais a informação ou o conteúdo simbólico é fixado e transmitido” (THOMPSON, 1998, 30). Conhecer tais atributos será de grande valia à compreensão sistêmica de todo processo.

O primeiro atributo dos meios técnicos seria o grau de fixação ou os mecanismos de armazenamento de informações. O segundo seria a capacidade de reprodução. Tal reprodutibilidade das formas simbólicas é o que permite a exploração comercial dos meios de comunicação, pois as informações podem ser mercantilizadas e, portanto, transformadas em mercadorias para serem vendidas e compradas.

O terceiro aspecto dos meios técnicos, seguindo as orientações de Thompson, seria o “distanciamento espaço-temporal”, o qual permitiria às “formas simbólicas ficarem acessíveis aos indivíduos dispersos no tempo e no espaço” (1998, 28). O autor destaca que “o uso dos meios técnicos também altera as condições de espaço e de tempo sob as quais os indivíduos exercem o poder” (THOMPSON, 1998, 29).

É importante ressaltar que a expressão “*meios de comunicação de massa*”, apesar de ser usual e estar arraigada na sociedade, é muitas vezes utilizada de

maneira equivocada para se referir justamente aos recursos técnicos da comunicação ou ao conjunto de instituições e produtos (jornal, televisão, internet). Wilson Gomes e John Thompson abordam o assunto. Segundo os autores, a expressão é inadequada por sugerir uma audiência de milhares de indivíduos, passivos e indiferenciados. Eles ressaltam que a expressão torna-se ainda mais inapropriada, tendo em vista os crescentes avanços tecnológicos na área da informação e da comunicação, principalmente com o advento da Internet.

O termo “*meios de comunicação de massa*” vem, portanto, sendo combatido e condenado por significativo número de estudiosos. Por conseguinte, opta-se por utilizar a expressão *mídia* para se referir “à produção institucionalizada e difusão generalizada de bens simbólicos através da fixação e transmissão de informação ou conteúdo simbólico” (THOMPSON, 1998, 32).

Wilson Gomes decifra os fenômenos correlacionados à expressão comunicação:

A) repertório de discursos, enunciados, expressões, idéias, opiniões, imagens e produtos que constituem os processos da assim chamada comunicação de massa ou comunicação midiática. Neste sentido, a expressão inclui desde a comunicação via televisão até aquela via internet;

B) os meios técnicos que são empregados para tal comunicação em escala extremamente larga e de alcance indefinido, que incluem desde os recursos voltados para o domínio do aparato tecnológico envolvido até o controle das formas expressivas (linguagens) específicas da comunicação de massa. Este é certamente um dos sentidos do uso dos termos “mass media”, “televisão”, “jornal” ou “internet”;

C) os meios institucionais (do jornalismo, do cinema, da televisão, dos editores de conteúdo da internet) voltados especificamente para a produção da comunicação de massa e que incluem desde os ambientes profissionais, os campos da realização, até o sistema dos agentes envolvidos e as empresas dedicadas à produção e emissão dos conteúdos que circulam nos meios técnicos (GOMES, 2007, 62).

Objetivando situar a importância da comunicação na sociedade atual, este trabalho descreve, com a ajuda de Patrick Charaudeau, os diferentes momentos da comunicação ao longo da história. Tais momentos, chamados por Wilson Gomes de modelos, indicam “um conjunto de práticas instituídas, de costumes e de habilidades que formam um padrão social” (GOMES, 2007, 45). Gomes relata apenas três modelos. Charaudeau, por sua vez, destaca quatro momentos, geradores de quatro modelos de comunicação “que podem ser considerados princípios organizadores dos espaços públicos das sociedades liberais-democratas” (CHARAUDEAU, 2006, 25).

Com a certeza de que falam sobre o mesmo período, trabalha-se aqui com os dois autores em conjunto; no entanto, as citações são de Patrick Charaudeau.

- Imprensa de opinião, de meados do século XVIII, que se caracterizava pelo engajamento político e, ao mesmo tempo, pela escrita literária e que confrontava as elites (CHARAUDEAU, 2006, 25).

Wilson Gomes (2007, 47) ressalta que, nesse momento, “a imprensa de opinião ganhou a forma de imprensa de partido e acrescentou à sua autocompreensão como órgão da esfera civil o entendimento de si como órgão dos partidos políticos”. Assim, pela alternância de poder no interior do Estado democrático, a imprensa “obscurece a sua função de instrumento da esfera pública e de representante dos interesses da esfera civil”.

- Imprensa comercial de massa, da segunda metade do século XIX, que era financiada pela grande indústria e fez emergir um jornalismo voltado para os leitores cidadãos (CHARAUDEAU, 2006, 25).

Novamente, recorre-se a Gomes (2007, 49) para explicar que há nesse momento uma série de instituições sociais, as quais funcionavam como instrumentos de difusão de mensagens. A expressão “meios de comunicação de massa” surge dessa concepção de indústria da cultura e da informação, que tem por único objetivo a emissão e difusão de conteúdos e mensagens para audiências massivas. Os consumidores da comunicação de massa “constituem um público passivo e submetido aos fluxos de mensagens provenientes das esferas política e econômica mediante os meios de massa” (GOMES, 2007, 49).

- “Mídias audiovisuais de massa”, que assumem a cena na segunda metade do século XX e caracterizam-se por dar visibilidade a todos os acontecimentos do mundo graças ao desenvolvimento tecnológico e à organização do marketing (CHARAUDEAU, 2006, 25).

Nesse ponto, Gomes (2007, 50) acrescenta que não restavam propriamente mais meios de comunicação. “Há um setor industrial forte e competitivo dedicado à cultura e ao entretenimento para consumo em larga escala”. A indústria da informação surge, assim, quando o mundo dos negócios se dá conta de que a

informação pode se transformar num negócio de amplas proporções “com os consumidores de informação e os anunciantes”. “Havia sido formada na sociedade uma demanda por informação atualizada, verdadeira, objetiva, imparcial, leiga e independente” (GOMES, 2007, 50). Para atender esse consumidor, surge a imprensa empresarial.

É aconselhável destacar o fato de a indústria da informação passar a vender audiência pública como mercadoria aos anunciantes. A indústria da informação e a indústria cultural (arte, espetáculos, diversão e cultura) passaram a vender o seu produto diretamente ao consumidor final, “mas vendem a atenção pública, que cativam, ao anunciante dos setores produtivos” (GOMES, 2007, 51).

- “Comunicação generalizada”, enfim que a partir dos anos 70 invadiu o planeta transformando os desafios sociais (CHARAUDEAU, 2006, 25).

Charaudeau (2006, 25) apresenta o esquema acima com base na obra de Bernard Miège e faz questão de ressaltar que tais modelos “longe de substituírem-se uns aos outros, justapuseram-se e continuam mesmo a coexistir.” O ponto comum em todos os modelos seria o fato de que “informação e comunicação, de um lado, espaços público e privado, de outro, têm seu destino ligado desde as sociedades da Antiguidade” (MIEGE, 1995,60 apud CHARAUDEAU, 2006,25).

...embora seja verdadeira a existência de um contexto histórico para cada modelo e verdadeiro o fato de que eles aparecem em momentos sucessivos do tempo, suponho que modelos diferentes podem conviver no interior de uma mesma sociedade. Podem conviver por um tempo bastante longo, mas também podem “coexistir indefinidamente, embora se possa verificar que apenas um deles corresponde ao estágio técnico e ao modelo econômico predominante enquanto os outros aparecem como formas parcialmente disfuncionais, sobras, superstições que se explicam somente porque as sociedades nunca são internamente homogêneas (GOMES, 2007, 45).

### 3. Comunicação e Prática Política

#### 3.1. Política Midiática

O título deste capítulo origina-se da leitura do artigo de Luiz Felipe Miguel, ***Comunicação e Prática Política***. No entanto, cumpre ressaltar, mais uma vez, que, no âmbito da prática política, o verdadeiro objeto deste estudo será a argumentação discursiva, ou seja, os pronunciamentos de parlamentares no cotidiano dos trabalhos legislativos. Assim, em que pesem as generalidades, ao final, a análise terá como foco apenas os pronunciamentos e as possíveis influências da mídia sobre os mesmos.

Em primeiro lugar, Miguel reconhece a mídia como um fator central da vida política contemporânea. Entretanto, coloca mídia e política em dois campos diferentes, guardando cada um relativo grau de autonomia. “A influência de um sobre o outro não é absoluta nem livre de resistências: na verdade, trata-se de um processo de mão dupla” (MIGUEL, 2002a, 167).

Enquanto Luiz Felipe Miguel (2000, 61) define a política, simultaneamente, como “luta, jogo e debate”, Gomes coloca a prática política como “o conjunto de atividades, habilidades e princípios voltados para a composição de forças no interior do jogo político” (GOMES, 2007, 83). Para o último, a disputa entre as forças políticas passa por “complexos jogos de alianças, barganhas, acertos, adesões, partilhas de poder, retaliações, concessões, compensações e outras práticas de composição política” (GOMES, 2007, 83).

Na verdade, os autores, sobre esse aspecto, apenas se complementam, mas chegam a apresentar pontos de vista diferentes, como se verá mais adiante. Segundo Luiz Felipe Miguel, a “influência mais evidente dos meios de comunicação sobre o campo político está na formação do capital político” (2002a, 168). E a visibilidade na mídia é um componente essencial para produção desse capital político.

Formou-se um domínio multivariado, livre, intenso, veloz e de fácil acesso, composto por repertórios de informação sobre a esfera política, sobre as questões de Estado e sobre o estado da opinião pública, um domínio que funciona como uma grande cena da qual toda a cidadania pode se tornar espectadora e consumidora, a esfera de visibilidade pública política (GOMES, 2007, 113).

Estar em cena para um político significa existir; não estar significa simplesmente não existir. À vista disso, “a visibilidade midiática agrega valor aos cargos e funções de máxima exposição” (GOMES, 2007, 116).

Estando o Legislativo no centro das questões aqui levantadas, é válido destacar, segundo Gomes, que a visibilidade parlamentar está principalmente associada à sua relação com o governo. No entanto, há visibilidade para as funções que representem o Parlamento, como presidências do Senado Federal e Câmara dos Deputados, presidências de comissões, em especial das Comissões Parlamentares de Inquérito — CPIs (GOMES, 2007, 117).

Wilson Gomes (2007, 321) explica-nos que o sistema democrático obriga a esfera política a retirar sua legitimação social de decisões provenientes da esfera civil, ao menos nas eleições, de tempos em tempos. No entanto, a esfera política não consegue atingir a esfera civil sem a mediação fundamental dos meios, recursos, instituições e lógica da comunicação de massa.

Por sua vez, a esfera civil necessita da mídia, dos meios, recursos e linguagens da comunicação social para tomar conhecimento do mundo e da atualidade política. Hoje a mídia controla todo o fluxo de informações entre as esferas política e civil. “Ela controla a esfera de visibilidade pública, a única parte da cena pública que alcança praticamente toda a população de um país” (GOMES, 2007, 143).

Luiz Felipe Miguel divide a política em bastidores, “as salas secretas em que se fazem os acordos e se tomam as grandes decisões”, e o palco, “o jogo de cena representado para os não-iniciados, isto é, para o povo em geral” (MIGUEL, 2002a, 161). É assim que Georges Balandier já declarava que “todo sistema de poder é um dispositivo destinado a produzir efeitos, entre os quais se comparam às ilusões criadas pelas ilusões do teatro” (BALANDIER, 1982, 6). Miguel afirma que dificilmente se poderá negar a inclusão do espetáculo na política. “A oratória, na ágora, representa talvez a pré-história do espetáculo político” (2000, 61). O autor, contudo, é contrário à redução da política ao espetáculo, pois, segundo ele, seria afirmar que a política é inócua.

O espetáculo existe em função da disputa de interesses, O político entra no palco porque espera galgar posições de autoridade que sejam favoráveis aos interesses que defende. Se o seu ponto de partida é o espetáculo, se a sua motivação inicial é o poder e suas luzes, dá na mesma: assim que alcançar aquela posição, será envolvido na disputa de interesses. Por outro lado, o público não é indiferente ao que ocorre nos

bastidores, nem estes são impermeáveis à sua curiosidade. Muitas vezes, uma “revelação” dos bastidores é o momento mais espetacular da política-enquanto-espetáculo” (MIGUEL, 2000, 62).

De acordo com Luiz Felipe Miguel, o fato de a “passividade política da massa ser produzida” é assunto merecedor de investigação. Como a produção da apatia é imperfeita, a massa irrompe, de tempos em tempos, no jogo político, ou seja, a platéia invade o palco e tumultua aquilo que fora acertado nos bastidores” (2002a, 161).

Antônio Rubim relata que o espetáculo antecede historicamente o surgimento da mídia. “Antes da existência de uma sociedade ambientada pela mídia, o espetáculo tinha sua produção associada quase sempre à política e/ou à religião” (RUBIM, 2002,10). No entanto, é no mundo contemporâneo que o espetáculo se associa aos “campos cultural e midiático, os quais apresentam interfaces crescentes” (RUBIM, 2002,10).

Wilson Gomes (2007, 293), por sua vez, afirma que, ao ter como propósito a produção e o controle das impressões do público, a comunicação política assume uma forma teatral, espetacular. No entanto, destaca que a política não se restringe à representação de papéis e à produção de impressões. “Agentes políticos não são simplesmente atores, nem os cidadãos meramente platéias” (GOMES, 2007, 293). Nesse ponto, Gomes e Luiz Felipe Miguel parecem concordar plenamente. Miguel é enfático e insiste: “política e mídia são dois campos distintos, mas sobrepostos” (MIGUEL, 2002b, 5).

Importa, todavia, descrever as atividades políticas voltadas para “administrar a opinião e a impressão públicas sobre os sujeitos e as posições políticas” (GOMES, 2007, 293). Tais atividades ficaram conhecidas como pertencentes à política midiática, ou seja, as práticas e habilitações da política associadas à mídia e à cultura de massas (GOMES, 2007, 423).

Na verdade, segundo Gomes, a política se encena quando se transforma em espetáculo. E são vários os significados do vocábulo espetáculo. Em seu sentido cênico, o espetáculo é algo para ser exibido, para se ver. Assim, os cidadãos transformam-se em espectadores, em consumidores de um produto de visibilidade pública. “Na condição de cidadãos-consumidores, apreciadores, de sofá e pipoca, da exibição política que nos chega pela telinha” (GOMES, 2007, 387).

Outro significado seria o da representação, pois a representação teatral é uma das espécies do gênero espetáculo. Assim, a política se encena quando apresenta aspectos característicos de uma representação dramática: artifício ficcional; papéis e personagens; estrutura narrativa e efeitos emocionais. O principal ponto que a política teria então em comum com o espetáculo dramático seria a artificialidade: personagens encenam seus papéis, provocam risos, lágrimas ou mesmo indignação nos espectadores. Outro sentido da política-espetáculo seria o daqueles fatos que merecem ser vistos, por serem notáveis, admiráveis, capazes de encher os olhos e darem o que falar.

Mais uma vez registra-se que são inúmeros os estudos sobre política-espetáculo, espetacularização da política ou política-espetacular. A começar por Guy Debord, em ***A sociedade do espetáculo***; Roger-Gerard Schwardtzenberg, em ***O Estado Espetáculo***; George Balandier, em ***O poder em cena***; até os mais recentes e próximos, como Maria Helena Weber, em ***Comunicação e Espetáculos da política*** e Denis Moraes, em ***Sociedade Midiatizada***.

Em que pesem os inúmeros estudos, adota-se aqui a definição de Wilson Gomes, o qual sintetiza o assunto de modo criterioso: “a política-espetáculo é a política que emprega a sua presença na esfera de visibilidade pública como estratégia para a obtenção do apoio ou do consentimento dos cidadãos. É aquela que se exhibe, mostra-se, faz-se presença, impõe-se à percepção do cidadão” (GOMES, 2007, 403).

No decorrer do próximo capítulo, o qual trata especificamente de discurso e oratória, este trabalho abordará novamente o tema do espetáculo político. No momento, cabe ressaltar o pensamento de Jean-Jacques Courtine (2003, 32), o qual acredita que a melhor definição para o nosso século é: século do “indivíduo-espetáculo”.

Governar é, desse modo, saber mostrar. O espetáculo político contemporâneo é, sob esse ponto de vista, mais mentiroso do que aquele cujo pomposo teatro era Versalhes? A expressão “Estado-espetáculo” se encaixa melhor ao século de Luís XIX do que ao nosso, que é antes o século do “indivíduo-espetáculo”. Os brilhos do espetáculo político nunca foram apagados: os homens, os cenários, os olhares mudaram. Na política midiática, há quem queira ver uma “violência simbólica” feita ao homem ordinário, espectador dos combates verbais políticos, simplesmente privado de assistir a eles. (COURTINE, 2003, 32).

### 3.2. Cultura midiática

Éramos antes de mais nada cidadãos; tornamo-nos antes de mais nada produtores e consumidores e ao mesmo tempo a nossa identidade funda-se cada vez menos sobre o que fazemos e cada vez mais sobre o que somos, sobre nossas necessidades que encontram expressão no consumo de mercadorias, mas também, e mais ainda, na relação com nós mesmos, nas relações interpessoais, nos grupos eletivos ou nas comunidades de pertencimento (ALAIN TOURAINE, 1998, 59)

Douglas Kellner, em *Cultura da Mídia e Triunfo do Espetáculo*, inicia seu texto destacando a multiplicação dos espetáculos nas últimas décadas. O espetáculo, segundo o autor, é um dos princípios organizacionais, não apenas da economia e da política, mas da sociedade e da vida cotidiana. A cultura da mídia, a fim de conquistar audiências e aumentar o poder e o lucro da indústria cultural vem promovendo espetáculos cada vez mais sofisticados. (KELLNER, 2006, 119).

Corroborando com Kellner, Antônio Rubim considera que “nossa sociedade está em sintonia com a fase atual do capitalismo, na qual a informação e a comunicação tornam-se mercadorias privilegiadas e a economia do espetáculo aparece como cada vez mais relevante” (RUBIM, 2002, 10). Atualmente o espetáculo, ao contrário das sociedades anteriores, “está onipresente no espaço e no tempo e afeta radicalmente toda a vida societária”, conclui Rubim.

Fausto Neto, por sua vez, revela que a “a midiatização resulta da evolução de processos midiáticos que se instauram nas sociedades industriais” (FAUSTO NETO, 2008, 90).

A convergência de fatores sócio-tecnológicos, disseminados nas sociedades segundo lógicas de ofertas e de usos sociais produziu, sobretudo nas três últimas décadas profundas e complexas alterações na constituição societária, nas suas formas de vida, e suas interações...Já não se trata mais de reconhecer a centralidade dos meios na tarefa de organização de processos interacionais entre os campos sociais, mas de constatar que a constituição e funcionamento da sociedade – de suas práticas, lógicas e esquemas de codificação – estão atravessados e permeados por pressupostos e lógicas do que se denominaria a “cultura da mídia” (FAUSTO NETO, 2008, 92).

Cabe, mais uma vez, recorrer a Wilson Gomes (2007, 302), transcrevendo sua definição de cultura midiática: “sistema de conteúdos e formas pelo qual estruturamos a nossa visão de mundo, a partir do qual se estabelece a nossa competência perceptiva e expressiva e mediante o qual se elaboram os princípios da sociabilidade vigente”. Deve-se pensar a cultura midiática, de acordo com esse autor, a partir de um determinado modo de produção ou do estágio técnico

alcançado pela sociedade, onde os meios de comunicação não mais seriam, simplesmente, instrumentos de informação de longo alcance, mas “meios de exposição de serviços e produtos” (2007, 303).

É justamente por se caracterizar como meio de exposição de serviços e produtos que todos os autores concordam com o fato de “a política se aproximar da publicidade comercial” (MIGUEL, 2000, 62). A nova lógica da comunicação, valendo-se da publicidade, seduz o consumidor e provoca, portanto, o desejo do consumo.

Maria Eugênia Rigitano também admite que “além das mudanças institucionais que transformaram os media em negócio, também houve transformações com relação à produção de bens e a uma demanda planejada não a partir da necessidade e sim do desejo” (RIGITANO, 2006, 8). Os produtos oferecidos buscam a captura da atenção, a sedução, o entretenimento.

Gilles Lipovetsky, filósofo francês, colabora, para em seguida, provocar:

A política não se mantém afastada da sedução. A começar pela personalização imposta da imagem dos líderes ocidentais: simplicidade ostentatória, o homem político aparece de jeans ou camiseta, reconhece humildemente seus limites e fraquezas, põe em cena sua família, seus relatórios de saúde, sua juventude (LIPOVETSKY, 2005, 9).

Não nos enganemos, o florescer da nova mídia, principalmente a televisão, por mais importante que seja no processo, não pode explicar fundamentalmente essa promoção da personalidade, essa necessidade de construir uma imagem de marca. A política personalizada corresponde à emergência dos novos valores, como a cordialidade, as confidências íntimas, a proximidade, a autenticidade, a personalidade, que são individualista-democráticos por excelência, desdobrados em larga escala pelo consumo de massa (LIPOVETSKY, 2005, 9).

### **3.3. A política na lógica do entretenimento**

Wilson Gomes ressalta que cultura industrial e a informação industrial buscam fundamentalmente capturar audiência, cativar a atenção pública e fixar clientela. De tal maneira, “tudo é preparado para nos agradar, divertir, chocar, impressionar, satisfazer. A lógica do entretenimento unifica os produtos da indústria do entretenimento e da informação” (GOMES, 2007, 305).

No entanto, surge a pergunta de Rigitano: como a política “lida com a lógica atual dos meios de comunicação — fundada no entretenimento, consumo e sedução — sendo que sua lógica contém tudo o que é indesejável à lógica dos media?” (RIGITANO, 2006, 8).

Interessante observar que Maria Eugênia Rigitano também busca a ajuda de Gomes para responder a questão, mas de início declara: “para que se torne material digno de exposição midiática, a política tende a se adequar à lógica do entretenimento, com o intuito de ser consumida” (RIGITANO, 2006,9).

Ao observar que a parte competitiva da política é a mais assimilável ao mundo do espetáculo, Gomes sustenta que a mídia rejeita, pelo menos em parte, conteúdos da política em seu formato tradicional, como “a disputa argumentativa, as sutilezas e as complexidades discursivas, a administração da coisa pública e o jogo político cotidiano” (GOMES, 2007, 301-302).

Acontece que, como explica esse autor, “a lógica da comunicação é dominada pelo entretenimento, pela diversão e pelo drama, e a arte de compor entretenimento é o seu instrumento fundamental” (2007, 330).

Ao transitar no circuito da comunicação de massa – tendo se submetido, portanto, à lógica midiática – os materiais políticos tornam-se de algum modo homogêneos em relação aos outros habitantes e conteúdos da atualidade midiática e obedecem aos valores do entretenimento ali predominantes, a saber, a ruptura com a regularidade, a diversão e a dramaticidade. São estas, portanto, as propriedades da política inserida nos circuitos dos meios. Primeiro, acontecimentos, pessoas e relações políticas, enquanto integrantes da esfera da visibilidade pública da comunicação de massa, obedecem ao valor da excepcionalidade e do espetacular. Depois, devem produzir diversão, pela beleza, pela simplicidade, visualidade etc. Enfim, devem ser dramatizados, encenados, voltados para a produção de emoções (GOMES, 2007, 331).

Este capítulo propõe-se assim a explicar como a política se aproxima desses aspectos da lógica midiática: ruptura das regularidades, diversão e drama. Primeiramente, pode-se dizer que a ruptura das regularidades pode prender a atenção e a memória e tornar-se notícia com certa facilidade. “O extravagante, o inabitual, o inesperado, o exorbitante, o desmedido constituem certamente o material mais desejado pelo sistema informativo” (GOMES, 2007,314).

Outro elemento seria a diversão, a qual não significaria simplesmente alegria, mas “prazer que se dá no consumo e na apreciação” (GOMES, 2007, 309). “Trata-se de atingir o consumidor em seu tempo livre, naquele período da sua jornada em que o trabalho, entendido como atividade disciplinada e penosa, não pode ter lugar” (GOMES, 2007, 309).

Chamando atenção para o fato de que nunca se produziu tanto material informativo, Gomes ressalta que “a informação contemporânea diverte, antes de

tudo, através do registro lúdico-estético” (2007, 315). A lógica da informação é voltada, portanto, para reter um consumo distraído diante das múltiplas informações.

A informação desejável não é mais apenas aquela que produz em nós uma alteração, por acréscimo, nos estoques cognitivos; é, sobretudo, aquela capaz de produzir, de nos agradar sensorialmente, é aquela cujo aspecto agrada, *quod visum placet* (GOMES, 2007, 316).

O drama é o terceiro elemento ou subsistema proposto por Wilson Gomes. Para ele, a mídia busca produzir efeitos dramáticos nos destinatários da informação, tais como raiva, riso, surpresa, indignação ou qualquer outro efeito no ânimo dos espectadores (GOMES, 2007, 317). Volta-se nesse ponto a representações ou encenações. Segundo Gomes, ao entrar no circuito informativo da comunicação de massa, as pessoas se transformam em imagens, ou seja, as pessoas representam papéis nas “informações-encenações da comunicação” (GOMES, 2007, 318).

Temos, então um ambiente de comunicação pública, por onde precisa passar necessariamente a comunicação política, que é regido pelas lógicas da ruptura, da recreação e da dramatização, onde, portanto, muitos dos conteúdos da política tradicional aparecem como a coisa mais extemporânea que se possa imaginar. De forma que, se a natureza da política lhe permite apenas um recurso expressivo do tipo clássico, as suas chances de gerar comunicação e, portanto, de responder às necessidades cognitivas da esfera da política são bem escassas....A novidade consiste no fato de que a esfera de visibilidade pública contemporânea controlada pela comunicação de massa tenha se tornado o ambiente predominante da comunicação pública, portanto da comunicação política. Por esta razão a política tem que lidar com fato de que o indivíduo contemporâneo está cada vez menos disposto a esforços de tradução de uma comunicação formulada segundo a “estranha” gramática da comunicação política tradicional (GOMES, 2007, 320).

Ingrid Sarti observa que “políticos de todas as matizes têm revelado uma tendência a descaracterizar seu próprio discurso e incorporar o estilo midiático” (SARTI, 2000, 3). Tal descaracterização do discurso levaria à pasteurização dos conteúdos.

Luiz Felipe Miguel (2002a, 177), por sua vez, desautoriza tal afirmativa, observando que “o discurso político muda, de acordo com o contexto histórico em que se inclui e com as possibilidades técnicas de difusão de que dispõe”. No entanto, Miguel não ignora as transformações impostas pela mídia ao discurso político, principalmente o abandono de uma reflexão mais aprofundada (2000, 76).

Como o objetivo aqui é justamente identificar transformações impostas pela mídia aos discursos parlamentares, pronunciados no Plenário do Senado Federal e transmitidos ao vivo pela TV Senado, busca-se o apoio teórico de Davys Negreiros.

Ao aceitar a premissa de incorporação da comunicação como componente e momento da política contemporânea, uma vez que a mídia monopoliza tendencialmente a enunciação pública, pode-se considerar que a política para incorporar a comunicação (midiática) deve resignar-se às regras e formatações derivadas da mídia, posto que isso não só facilita sua realização, como até se torna inevitável (NEGREIROS, 1989, 2).

Assim, o próximo capítulo tem por objetivo o exame dessa prática política atualmente desvalorizada e dita pelo senso comum como um falatório vazio, os discursos ou pronunciamentos parlamentares. Antes, cabe referir mais um parágrafo de Wilson Gomes, na certeza de que as inúmeras citações são absolutamente essenciais para o decorrer desta análise.

Discurso, argumentação, cadeias de raciocínios. Nada mais aborrecido e tedioso. A dimensão discursivo-argumentativa, portanto, deve ser evitada, pelo menos como o aspecto central, na produção de fatos-notícias. Com discursos não se faz notícias, porque discursos não entretêm quem os assiste. Com o que se faz, então? Com aquilo que produz prazer – beleza, velocidade, imagens, bom humor; com aquilo que enche os olhos – como o extraordinário, o bizarro, o excepcional, o maravilhoso – ou com o conflito, o discurso como bate-boca.(...) A política, então, programa os seus fatos visualmente para serem belos e impactantes (GOMES, 2007, 339).

## 4. Discursos políticos no Legislativo

### 4.1. Retórica

Antes de abordar o tema dos discursos políticos, esta pesquisa propõe-se a apresentar uma noção, minimamente satisfatória, sobre o uso da palavra na busca do convencimento e da persuasão. Pensar em persuasão é, para muitos filósofos, pensar em retórica, popularmente conhecida como a arte de usar bem as palavras com o intuito de persuadir ou influenciar alguém.

Sabe-se que uma das práticas políticas mais antigas é o uso da palavra. A palavra é um meio de ação e na política torna-se arma poderosa, principalmente se pensarmos que “a palavra política constrói fatos em versões a granel”, (DOMINGOS, 2006, 152).

Patrick Charaudeau, por sua vez, afirma que “é pela existência dos espaços de discussão e de persuasão, lugares de construção dos valores dos quais dependem a ação, que o campo político é o governo da palavra” (CHARAUDEAU, 2006, 21).

O governo da palavra não é tudo na política, mas a política não pode agir sem a palavra: a palavra intervém no **espaço de discussão** para que sejam definidos o ideal dos fins e os meios da ação política; a palavra intervém no **espaço de ação** para que sejam organizadas e coordenadas a distribuição das tarefas e a promulgação das leis, regras e decisões de todas as ordens; a palavra intervém no **espaço de persuasão** para que a instância política possa convencer a instância cidadã dos fundamentos de seu programa e das decisões que ela toma ao gerir os conflitos de opinião em seu proveito. (CHARAUDEAU, 2006, 21).

Assim, percebe-se que a ação política estará sempre associada ao discurso político, uma vez que discurso é constitutivo da política, não é simplesmente um “ornamento da conduta política” (CHARAUDEAU, 2006, 42). Interessante destacar a observação desse mesmo autor de que qualquer enunciado pode ter um sentido político, assim como qualquer enunciado aparentemente político pode servir para outro fim. “Não é o conteúdo do discurso que assim o faz, mas é a situação que o politiza” (CHARAUDEAU, 2006, 40).

Anteriormente já foi visto que talvez a oratória, na ágora, represente a pré-história do espetáculo político, como bem afirmou Luiz Felipe Miguel. (2000, 61). Faz-se necessário, entretanto, esclarecer que ágora era a praça pública nas antigas

idades gregas. “Constituíam o centro da vida pública e política da cidade” (MAGALHÃES et al, 1965, 45).

Os gregos eram verdadeiros amantes da palavra e juntavam-se em reuniões públicas e livres na ágora para tratar e decidir sobre todas as questões. “A assembléia geral era ao mesmo tempo o supremo órgão legislativo, executivo e judicial” (SOUSA, 2001, 11). Quem desejasse ter alguma influência deveria possuir os dons da oratória, não apenas influência política — que “era a ambição ou carreira mais normal para os cidadãos livres daquele tempo” — mas influência nos negócios e contratos (SOUSA, 2001, 11).

Ao tratar de política, no primeiro capítulo, este trabalho considerou a política como a habilidade de gerir conflitos, a qual depende muito da persuasão, pois necessita da anuência da instância civil para as suas ações. No entanto, há concordância com Wilson Gomes (2007, 301), no capítulo anterior, afirmando que a mídia dispensa, ou melhor, rejeita, os “conteúdos da política em seu formato tradicional, como a disputa argumentativa.” Ou seja, não apenas a mídia rejeita o discurso, a argumentação e as cadeias de raciocínios, mas a nossa própria cultura “é de atos leves, concisos e breves de comunicação”, como também afirma Alexandre Júnior (2008,1).

Para esse autor (2008,7), a língua, “na sua forma simbólica, foi cedendo o passo à comunicação pelo som e a imagem”. Em tempos de mídia, tenta-se, forçosamente, procurar grandes oradores do discurso político, capazes de “encantar”, convencer, persuadir, da tribuna, os diversos públicos. Procure-se “um homem bom a falar bem”, como diria o filósofo Quintiliano. Na verdade, a frase expressa a necessidade de “ética, força de expressão e eficácia persuasiva” andarem juntas, de mãos dadas (ALEXANDRE JÚNIOR, 2008, 7).

É oportuno citar, outrossim, o acadêmico português Américo de Souza, o qual afirma que “o estudo da persuasão pressupõe uma viagem pelos territórios teóricos que a sustentam: a retórica, a argumentação e a sedução” (2001, 7).

A retórica, porque originariamente concebida como a faculdade de considerar para cada caso o que pode ser mais convincente; a argumentação, na medida em que visa provocar ou aumentar a adesão de um auditório às teses que se apresentam ao seu assentimento e, finalmente, a sedução, por que a resposta do auditório pode também nascer dos efeitos de estilo, que produzem sentimentos de prazer ou de adesão (SOUSA, 2001, 7).

De acordo com Massaud Moíses (1982, 430), a retórica, em sentido amplo, indica “a teoria ou ciência da arte de usar a linguagem com vistas a persuadir ou influenciar”. Em sentido restrito, o termo corresponde aos princípios que ensinam a tirar o melhor partido das palavras, a fim de agradar e, indiretamente, convencer. O próprio autor afirma que atualmente o termo ganhou o sentido pejorativo de falar bem, mas sem conteúdo.

A origem da retórica se deu na Antiguidade greco-latina. Acredita-se que o primeiro mestre na matéria tenha sido Córax de Siracusa, grego do século V a.C., autor de uma Arte Oratória. Platão, no século seguinte teria escritos pioneiros em seus diálogos. Aristóteles, por sua vez, procurou na **Retórica** e **Poética** dar-lhe fundamentos e estatutos universais, “definindo-a como a arte da dialética ou do raciocínio lógico destinado a convencer” (MOÍSES, 1982, 431).

A retórica é, para Aristóteles, “o poder ou capacidade de descobrir os meios de persuasão para cada caso” (ALEXANDRE JÚNIOR, 2008, 5), não se limitando aos gêneros do discurso oratório, mas em todas as áreas de discussão ou comunicação. Na verdade, Aristóteles “nos conscientizou da fragilidade da ligação entre retórica e verdade e nos mostrou o elo forte que existe entre retórica e persuasão” (HALLIDAY, 1988, 68 apud PAIVA, 2006, 57). Com isso, a Poética se separa da Retórica e esta passa a ser entendida como simples arte de discursar, reduzindo-se a uma técnica de ornamentação do discurso.

A retórica caiu durante anos no ostracismo, tornando-se sinônimo de declamação falsa e afetação, como ensina Francis Vanoye (1991,47). Ao analisar o descrédito da retórica, Cláudia Paiva conclui que um dos motivos teria sido o excessivo uso de figuras de linguagem, aliado “ao inegociável conceito que uma premissa deveria ostentar, de a verdade ter de ser provada por evidências” (PAIVA, 2006, 58).

Segundo Vanoye, de uns anos para cá, a retórica vem reconquistando seu lugar de honra, com a reedição na França de velhos tratados do século XVIII e do século XIX. Por volta do século XX, o filósofo Chaim Perelman propôs o resgate da retórica aristotélica, criando, então uma teoria da argumentação, a qual tem por objeto “o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento” (PERELMAN, 1996, 4).

Segundo Joaquim Mattoso Camara Jr (1981, 209), a maior contribuição da retórica para a teoria da linguagem foi a apreensão das chamadas figuras de linguagem. Ele assinala que a retórica, da mesma forma, levava em consideração a mímica e a ortoépia (pronúncia normal e correta das palavras).

As principais figuras de linguagem da retórica, seguindo Vanoye, (1991, 49) seriam : “aliteração, repetição de um som ou de um grupo de sons; paronomásia, aproximação de termos vizinhos pela sonoridade, mas não pelo sentido; anacoluto, ruptura de construção; elipse, supressão de certos elementos sintáticos; litotes, consiste em dizer pouco para exprimir muito; hipérbole, consiste num exagero; perífrase, exprime por um grupo de palavras o que poderia ser expresso por uma só palavra; comparação, identifica dois objetos a partir de um elemento que lhes é comum; metáfora, figura de substituição por analogia; metonímia, exprime um objeto por um termo que designa um outro objeto unido ao primeiro por uma relação estreita”.

Em suma, é preciso construir um plano, e, em especial, cuidar da elaboração do começo e do fim do discurso. Num terceiro tempo, a tarefa é a de atentar para o modo de apresentação dos argumentos, recorrendo-se às figuras. Finalmente, no quarto tempo, o trabalho constitui-se em dizer o discurso, utilizando os recursos vocais (dicção e os gestuais) (VANOYE, 1991, 48).

Voltando aos filósofos clássicos, pode-se concluir que “tudo o que dizemos, escrevemos ou representamos tem implicações de caráter persuasivo e visa produzir algum efeito no respectivo público” (ALEXANDRE JÚNIOR, 2008, 6). Enfim, que todos os atos podem ser entendidos retoricamente.

Evidentemente a retórica engloba variadas facetas, como por exemplo, a pureza lingüística, a clareza de expressão, a ornamentação e a eloqüência. Impõe-se, no entanto, uma primeira distinção didática. A oratória abrange a prática dos recursos verbais. A eloqüência ultrapassa o conhecimento e aplicação da retórica. Segundo Manuel Alexandre Júnior (2008, 15), “o poder da eloqüência reside precisamente na força da representação que dá vida ao discurso, a ponto de o transformar em imagem, retrato ou pintura”. Os discursos mais eloqüentes teriam então o “poder de transformar os ouvidos das pessoas em olhos, e fazer com que eles visualizem ou literalmente vejam aquilo de que estamos a falar” (ALEXANDRE JÚNIOR, 2008,15). O filósofo antigo Cícero “chega ao ponto de dizer que, em geral, apenas nos basta ver sem sequer ouvir, como que a pedir aos ouvintes que se

limitem ao papel de meros espectadores” (LISCHTENSTEIN, 1993, 95 *apud* ALEXANDRE JÚNIOR, 2008, 17).

Urge mencionar aqui a importância dos sofistas para a retórica. Grupos de intelectuais que fizeram do saber uma profissão, os sofistas ofereciam em Atenas, em meados do século V, aulas de retórica e de eloquência aos jovens que pretendiam seguir carreira política (NICOLA, 2005, 40).

O relativismo cognitivo sustentado pelos sofistas, segundo o qual não existe nenhuma verdade absoluta, mas somente um choque entre opiniões diferentes, acabou por conferir uma importância extraordinária à retórica, a arte do discurso e da persuasão, a capacidade de vencer toda polêmica, além até mesmo da intrínseca justeza das próprias razões (NICOLA, 2005, 40).

Atualmente a lógica explica o sofisma como “um raciocínio vicioso ou falacioso, isto é, falso raciocínio elaborado com a intenção de enganar” (GARCIA, 1978, 307). Assim, Othon M. Garcia (1978, 308) destaca que as verdadeiras falácias do raciocínio, ou seja, os principais sofismas materiais seriam: a definição inexata, a divisão incompleta, os falsos axiomas (verdades aparentes), a ignorância da questão ou assunto, a petição de princípio ou círculo vicioso, a observação inexata, a ignorância da causa, o erro de acidente e a falsa analogia (indução parcial ou imperfeita). Importante sublinhar a tentativa, aqui, de desvendar tais falácias ao analisar e comparar alguns discursos parlamentares.

Outro aspecto relevante é o da dramatização, apesar de a arte retórica possuir diversas outras matizes que não serão citadas neste trabalho, na tentativa de fidelidade ao tema inicial. Como um ator, o orador deve identificar-se com os ouvintes. “Os oradores antigos sabiam bem que um auditório pode ficar indiferente ao discurso de um orador, mas nunca a uma imagem” (ALEXANDRE JÚNIOR, 2008,19). O discurso deve, portanto, evocar uma imagem, representar ou dar visibilidade a essa imagem.

Com palavras e sem elas, o orador instrui, deleita, emociona, persuade, convence e move os ouvintes para ação. Desde a imagem ética que dá de si mesmo – não só pelo que diz, mas também pela veemência patética do gesto, do movimento, da expressão dos olhos e da face – até aos objetos, pessoas e imagens que coloca em cena, o orador transporta para o seu discurso toda a eloquência de uma arte que transforma o som em imagem e torna possível a visualização ou visibilidade metafórica dos próprios fatos. As palavras tornam-se assim em modo de ver, visualizar, rememorar ou imaginar, não só na dimensão imagística de descrição ou éfrase, mas também na das imagens que as próprias palavras suscitam e sugerem (ALEXANDRE JÚNIOR, 2008,19).

Feitas tais considerações sobre a retórica, esta pesquisa retorna à sociedade contemporânea e às práticas políticas atuais, em especial à negociação política. Dessa prática, interessa o convencimento discursivo, feito especificamente pelos discursos parlamentares, ou seja, pelo uso da palavra por parlamentares, no caso, senadores, nas sessões realizadas no Plenário do Senado Federal.

Segundo Cláudia Gomes Paiva (2007, 85), adotar-se-á a expressão **discurso parlamentar** para se referir ao uso da palavra por parlamentares, em lugar de **discurso político**. A autora explica-nos que discurso político é “mais genérico, abrange tanto a fala em tribunas específicas (Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmara Municipais), como o uso da linguagem por agremiações político-partidárias, além do que consta da mídia em termos editoriais e de reportagem” (PAIVA, 2007, 85). Segundo Paiva, discurso parlamentar é um hipônimo, ou seja, um elemento ordenado, de discurso político, o qual seria elemento superordenador.

#### **4.2. O Poder Legislativo**

O Congresso Nacional é visto pela maioria dos brasileiros como ineficiente. Inúmeras pesquisas de opinião pública atestam a baixa credibilidade do Legislativo. São casos de corrupção, nepotismo, altos salários e poucos dias de trabalho. Os parlamentares são ditos como políticos que legislam em causa própria. Enfim, o vínculo entre aqueles que detêm o poder de tomar decisões e seus representados, cidadãos e eleitores, é bastante questionável.

Luiz Felipe Miguel (2003b, 126) sustenta que existem diversas propostas para a revitalização das instituições representativas, mas que em todas “há o reconhecimento, implícito ao menos, de que a redução da confiança popular nos parlamentos e nos partidos não é efeito da alienação, da falta de compromisso com a democracia ou de resquícios de valores autoritários”. Na verdade, “as instituições atualmente existentes privilegiam interesses especiais e concedem pouco espaço para a participação do cidadão comum, cuja influência na condução dos negócios públicos é quase nula.”

No entanto, a importância do Legislativo é imensa para os modernos Estados nacionais, fundados sobre as bases do estado democrático do direito. Segundo

Heloiza Matos (1999,4), “o Legislativo é, ao mesmo tempo, limite do poder individual e/ou unidirecional, praça de exercício das vivências democráticas e porta-voz dos múltiplos interesses cidadãos”.

As decisões políticas não são mais debatidas em praças públicas, a arena e os oradores se modificaram. Antes havia a presença das massas. “O orador tradicional encontrava sua dimensão verdadeira no ajuntamento popular. Distante, quase nunca visível, ele estava, entretanto, em contato com cada um, quando todos estivessem reunidos” (COURTINE, 2003, 25). Agora, as decisões passam pelos plenários do Congresso Nacional. As sessões são abertas ao público e são também televisionadas.

Já Luiz Felipe Miguel (2003b, 118) coloca o Poder Legislativo como “espaço por excelência da socialização da elite política, em seus diferentes níveis (local, estadual, nacional)”. Segundo ele, o Legislativo depende tanto da popularidade entre os eleitores quanto do reconhecimento de seus pares, os quais “garantem apoio às candidaturas e as nomeações para os postos não-eletivos”.

Enfim, apesar de toda imagem negativa e do crescente descrédito, pode-se afirmar, usando palavras de Wilson Gomes, (2007, 95) que “a deliberação política parlamentar pode ser a parte mais nobre da atividade política”, apesar de não assegurar “o poder político estável”. Este trabalho busca, por conseguinte, apresentar algumas das características tão peculiares e democráticas do Legislativo.

Em primeiro lugar, o Poder Legislativo é organizado por um sistema bicameral, ou seja, é composto por duas casas legislativas, em que uma inicia o processo de elaboração de leis e a outra o revisa. As duas casas formam o Congresso Nacional, sede do Poder Legislativo, também conhecido por Parlamento. A título de esclarecimento, transcreve-se do Dicionário de Política, pequena definição do verbete parlamento, no exato significado deste trabalho.

Parlamento pode definir-se assim: uma assembléia ou um sistema de assembleias baseadas num “princípio representativo”, que é diversamente especificado, mas determina os critérios da sua composição. Estas assembleias gozam de atribuições funcionais variadas, mas todas elas se caracterizam por um denominador comum: a participação direta ou indireta, muito ou pouco relevante, na elaboração e execução das opções políticas, a fim de que elas correspondam à “vontade popular”. Convém precisar que, ao dizermos “assembleia”, queremos indicar uma estrutura colegial organizada, baseada não num princípio hierárquico, mas, geralmente, num princípio igualitário (BOBBIO et all, 2004, 880).

Tem-se então a Câmara dos Deputados, com 513 representantes do povo, e o Senado Federal, com 81 senadores, que representam os 27 estados, ou as Unidades da Federação.

Os deputados são eleitos pelo sistema proporcional para um mandato de quatro anos. Os senadores são eleitos pelo sistema majoritário, para um mandato de oito anos. O número de deputados é proporcional à população dos estados, sendo no mínimo oito e no máximo 70. São três os senadores eleitos para cada estado. A eleição para o Senado ocorre de modo alternado, um terço numa eleição, dois terços na seguinte.

Antônio Augusto de Queiroz (2006, 12) destaca que o Poder Legislativo “é o mais transparente dos poderes, exerce um papel fundamental na democracia, seja representando o povo e os estados, seja compartilhando com o Poder Executivo a formulação e aprovação das políticas públicas, seja mediando conflitos sociais, seja na fiscalização da aplicação dos recursos públicos”. A principal missão dos parlamentares, segundo Queiroz (2006, 14), é defender os direitos e as liberdades dos cidadãos. A esses últimos, verdadeiros titulares do poder, compete fiscalizar o desempenho dos parlamentares.

Não se pode deixar de insistir que aquele jogo de barganhas, negociações, alianças e acertos, vistos e comentados no capítulo anterior, referentes às práticas políticas, estão muito presentes no Legislativo. A máxima popular sobre o jogo sujo da elaboração das leis — “quanto menos as pessoas souberem como se fazem as salsichas e as leis, melhor dormirão à noite” — realmente é válida, apesar de não se configurar em regra.

A astúcia do legislador, as manobras de funcionários, as ilegalidades na elaboração das leis estão documentadas e podem ser constatadas facilmente, tanto nos períodos autoritários quanto nos democráticos. Os exemplos são muitos e vão desde atraso de relógio para cumprir o prazo fixado pela ditadura, passando por manobras em votações e descumprimento de prazos e quorum, até adulteração de textos (QUEIROZ, 2006, 81).

Mais uma vez será necessário ressaltar o objeto central deste estudo, os discursos parlamentares. Dessa forma, evita-se abordar causas da ausência de credibilidade ou de legitimidade do parlamento, assim como adentrar o campo dos jogos políticos na elaboração de leis, interessa tão somente analisar o uso da palavra dos senadores.

Evidentemente, Câmara e Senado têm muitas semelhanças na organização dos trabalhos, mas cada uma delas pauta suas práticas e o trâmite de suas matérias por um Regimento Interno específico e diferenciado. Assim, frise-se, esta análise tem por base discursos proferidos no Senado Federal.

### **4.3. Discurso e uso da palavra**

Os discursos parlamentares dão visibilidade ao parlamentar, não apenas entre seus pares, mas principalmente junto à mídia, uma vez que, por intermédio dos discursos, os parlamentares expressam opiniões, posicionamentos políticos, ideologias, veiculam projetos e constroem sua imagem de homem público. Norman Fairclough vê o discurso político “como um marco delimitador na luta de poder” (2001, 94). Já Pierre Bourdieu afirma que “o poder da palavra é o poder de mobilizar a autoridade acumulada pelo falante e concentrá-la num ato lingüístico” (BOURDIEU, 1977, 34 apud GNERRE, 1991, 5).

Na verdade, como bem lembra Maurizio Gnerre, as pessoas falam para serem ouvidas, para serem respeitadas e também para exercerem alguma influência no ambiente. Muitas vezes, elas esquecem que o discurso “é um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação” (FAIRCLOUGH, 2001, 91).

Nessa perspectiva, Norman Fairclough ressalta que o discurso contribui para a construção das identidades sociais, das relações sociais e dos sistemas de conhecimento e crença. Assim, o discurso deve ser encarado de uma maneira tridimensional, “como texto, prática discursiva e prática social” (FAIRCLOUGH, 2001, 89).

Não se fará aqui uma análise do discurso enquanto texto, a qual poderia ser denominada de “descrição”, segundo Fairclough. O autor denomina as partes que tratam da análise da prática discursiva e da análise da prática social como “interpretação” (FAIRCLOUGH, 2001, 101). No entanto, deve-se ter em mente, acompanhando o pensamento de Fairclough, uma sobreposição dos três elementos: texto, prática discursiva e prática social. Pensar igualmente e relativizar o fato de que os discursos podem ser do próprio cunho dos parlamentares, ou podem ser

encomendados aos assessores; podem até mesmo ser proferidos de improviso e motivados por diversas razões.

O foco aqui é a prática discursiva parlamentar voltada à mídia, ou melhor, influenciada pela lógica do entretenimento ou mesmo do espetáculo televisivo. Sem enveredar pelo caminho da Análise Crítica do Discurso, cujo método tem em Michel Foucault uma grande referência, nem adotando na íntegra o método de Fairclough, Análise de Discurso Textualmente Orientada — ADTO —, mas apenas tomando por base os conceitos mais amplos, procuram-se características, aspectos nos discursos parlamentares que levam à constatação de que eles vêm sofrendo mudanças e se aproximam da lógica midiática.

Cabe, à vista disso, evidenciar as oportunidades de fala dos senadores no Plenário da Casa, Senado Federal. Para tanto, de acordo com o Regimento Interno do Senado, em seu Artigo 154, convém, preliminarmente, diferenciar os diversos tipos de sessões do Senado.

As sessões do Senado Federal dividem-se em deliberativas, não deliberativas e especiais. As deliberativas podem ser ordinárias ou extraordinárias. As ordinárias são realizadas de segunda a quinta-feira, às quatorze horas, e às sextas-feiras, às nove horas, quando houver Ordem do Dia, ou seja, quando existir uma pauta de matérias a serem apreciadas. Tais matérias nada mais são que as proposições discriminadas pelo Regimento (Art. 211) em: propostas de emenda à Constituição; projetos, requerimentos; indicações; pareceres e emendas. Às segundas e às sextas-feiras, convencionou-se a prática de sessões não deliberativas, pois, em geral, não há uma Ordem do Dia “previamente designada”, como manda o Regimento Interno, mas nada impede que isso venham a acontecer.

As sessões extraordinárias, com Ordem do Dia própria, acontecem em horário diverso das sessões ordinárias. As sessões não deliberativas ocorrem quando não existem matérias na pauta de votações, isto é, quando não há Ordem do Dia. As sessões não deliberativas destinam-se a discursos, comunicações, leitura de proposições e outros assuntos de interesse político e parlamentar.

Um senador poderá fazer uso da palavra sobre quaisquer assuntos durante o **Período do Expediente**, ou seja, nos cento e vinte minutos que antecedem a Ordem do Dia, por dez minutos, nas sessões deliberativas, e por vinte minutos, nas sessões não deliberativas. Esse é com certeza o período que mais aqui interessa, pois os senadores versam sobre os mais diferentes temas, muitas vezes a respeito

de matérias em pauta, mas é um momento de livre expressão, em que eles escolhem os mais diversos temas sobre os quais querem se pronunciar.

Na discussão de proposições ou no encaminhamento de votações, cada senador também pode fazer uso da palavra, expondo, assim, suas opções políticas, mas é na escolha dos temas e na maneira de abordá-los que se encontra farto material para análise das transformações sofridas pelos discursos parlamentares com o advento das modernas mídias. Sem, é claro, enveredar pela teoria do agendamento, da qual já se falou anteriormente.

Além do Período do Expediente, os senadores também têm direito a cinco minutos, em qualquer fase da sessão, para **explicações pessoais**. Isso acontece se forem nominalmente citados na ocasião, para esclarecimento de ato ou fato que lhe tenha sido atribuído em discurso ou aparte. Para esse fim, a palavra será dada a, no máximo, dois oradores na mesma sessão.

Outra oportunidade de fala é o uso da palavra para **comunicações inadiáveis**, quando os senadores aproveitam a brecha e falam sobre quaisquer assuntos. Isso também ocorre nas **manifestações de aplauso e homenagem de pesar**. Nos três casos, os senadores têm direito a cinco minutos de uso da palavra.

Interessante ressaltar que há uma imprecisão conceitual no Regimento Interno, ao menos no que diz respeito ao uso da palavra. Em geral, os senadores pedem para fazer uma comunicação inadiável, mas, pela falta de regras que determinem quais as especificações de uma comunicação inadiável, diversos assuntos entram nesse quesito; em outras palavras, sob a égide de uma comunicação inadiável, altera-se a ordem dos inscritos e fala-se durante cinco minutos sobre o que se quiser.

A título de ilustração, pode-se citar o ex-Senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), ainda em 1999, que manifestou seu desacordo com o uso da palavra para comunicação inadiável. “Há pessoas inscritas há muito tempo e um Senador pede a palavra para fazer uma comunicação inadiável que nada tem de inadiável - ele apenas apresenta o seu posicionamento de Oposição. Não vejo o que havia de inadiável nas afirmações do ilustre Senador que me antecedeu” (Publicação no DSF de 15/05/1999 - página 11820).

As manifestações de aplauso, louvor ou semelhante, a rigor, deveriam ser admitidas, de acordo com o Regimento, quando se tratar de ato público ou acontecimento de alta significação nacional ou internacional. Mas já foram usadas

para os mais diversos casos, como a vitória de times de futebol em campeonatos, como ocorreu ao Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ao prestar homenagem ao Corinthians, que se sagrou tetracampeão brasileiro de futebol, em 2005, mesmo sendo torcedor do Santos. Tudo isso usando da palavra para uma comunicação inadiável (Publicação no DSF de 07/12/2005 - página 42958).

Outro artifício é o uso da palavra **pela ordem**, o qual deveria a rigor ser utilizado para indagação sobre andamento dos trabalhos, reclamação quanto à observância do Regimento, indicação de falha ou equívoco em relação à matéria da Ordem do Dia (Art. 14, X, a).

Enfim, este estudo interessa-se pelos momentos nos quais os discursos são os pontos culminantes das sessões plenárias. No entanto, ressalta-se que, em geral, os senadores pedem para fazer uso da palavra por um motivo, mas o fazem por outro. Tudo pode se tornar um discurso ou um ponto culminante da sessão.

Oportuno evidenciar que, em 2006, o Regimento Interno da Casa aprovou a Resolução nº 35, de 2006, alterando o uso da palavra. A partir desse ano, o uso da palavra no Período do Expediente passou de 20 para 10 minutos. O objetivo era atender as inúmeras inscrições para discursar.

A fim de não suscitar dúvidas nem deixar de provocar o interesse, é reproduzido, em anexo, o Artigo 14, do Regimento Interno, o qual trata especificamente do uso da palavra.

Os senadores podem ainda encaminhar à Mesa Diretora discursos não proferidos, para publicação no Diário do Senado Federal, bem como a inclusão nos Anais (Artigo 203, do Regimento Interno): são os chamados “dados como lidos”. Tal artifício ainda é muito comum no Senado Federal. No entanto, verifica-se que, com a instalação da TV Senado, o número de discursos proferidos vem aumentando consideravelmente.

Dados disponíveis na *homepage* da Casa atestam que, entre janeiro de 1994 a janeiro de 1995, foram proferidos 1.375 discursos. Em 1996, ano do início de funcionamento da TV Senado, o número de discursos já havia chegado a 3.336. No último ano, de janeiro de 2007 a janeiro de 2008, o número de discursos chegou a 4.698. No entanto, esse número já foi maior, como no período de janeiro de 2005 a janeiro de 2006, quando chegou a 5.583.

Algo mudou, entretanto. Desde que entrou no ar, em fevereiro de 96, a TV Senado vem alterando em muito o comportamento dos senadores. É que, diante da vigilância de um

público potencial de milhões de telespectadores, mudou o tom dos debates, tornando-se os discursos mais agressivos e mais cuidadosos no que diz respeito ao apuro lingüístico, à qualidade da informação e à aparência física dos parlamentares (SODRÉ, 2001).

## 5. O Senado Federal na TV

### 5. 1. A TV Senado

O Senado Federal possui atualmente uma estrutura de comunicação social. A Casa dispõe da TV Senado, Agência Senado de Notícias, Rádio Senado e do Jornal do Senado. Dispõe também da Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública, responsável pelo *Alô Senado*, pelo *Data Senado* e pelo *Senado na Mídia*, e ainda da Secretaria de Relações Públicas.

Existem outros serviços de informações, como o Interlegis, programa desenvolvido em conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Tal programa permite a comunicação e a troca de experiências entre o Poder Legislativo e a sociedade. “Os meios utilizados são a Internet, o ensino a distância e a videoconferência que interliga as 26 Assembléias, a Câmara Distrital e o TCU ao Interlegis”, como atesta seu *site* na Internet.

Mas é a TV Senado, sem dúvida, o carro-chefe da estrutura de comunicação, como também é o centro de interesse deste trabalho, uma vez que é a responsável pela transmissão ao vivo dos discursos em Plenário. Considerando-se a importância da TV, convém citar Dominique Wolton (1996,148) quando este afirma que a televisão é “inseparável de um espaço público nacional, que junte a idéia de grande público à de coletividade nacional”.

Criada em fevereiro de 1996, com o objetivo de “fazer a divulgação institucional do Senado Federal e oferecer ao cidadão uma programação educativa e cultural de qualidade e diferenciada das emissoras comerciais” (informações do *site* do Senado), a TV foi levada ao ar, oficialmente, em 09 de julho de 1996. Aproveitando-se da Lei nº 8.977, de 1995, conhecida como “Lei de Cabodifusão”, o Congresso Nacional criou canais de televisão de utilização gratuita, um deles reservado ao Senado Federal, outro reservado à Câmara dos Deputados e outro às câmaras de vereadores e assembléias legislativas. As universidades, entidades culturais e a comunidade também foram contempladas (Artigo 23, da Lei 8.977/95). É válido mencionar, apenas como ilustração, que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais foi a primeira a colocar seu próprio canal de televisão no ar, em 30 de novembro de 1995.

Letícia Renault (2004, 40) afirma que, pela primeira vez, o sistema privado de televisão se viu obrigado a distribuir pelo País o interesse público. “Um interesse que passou a ser traduzido pela programação produzida por novos atores: os parlamentos, a comunidade acadêmica e as comunidades dos diversos locais atingidos pela tevê a cabo. Até então, esses atores dependiam, prioritariamente, da boa vontade das redes privadas para ter algum acesso ao espaço de visibilidade proporcionado pela televisão”.

De acordo com a Lei, os canais legislativos devem ter como prioridade a documentação dos trabalhos parlamentares, especialmente a transmissão ao vivo das sessões. Assim, a cobertura do Plenário tem prioridade absoluta.

A programação da TV Senado inclui ainda entrevistas, documentários e programas especiais. Nas palavras do *site*: “o jornalismo abastece a programação com telejornais diários, boletins e flashes com a cobertura das atividades do Senado”.

Renault (2004, 44) sentencia que os canais legislativos representaram o “início de uma nova relação de comunicação, uma sinalização do Poder Legislativo, via televisão, em busca do cidadão/telespectador”. Urge, portanto, destacar a importância da comunicação pública, uma vez que a TV Senado se insere nesse contexto.

Deve-se entender comunicação pública, segundo Elizabeth Brandão (BRANDÃO, 2007, 14), como “informação para a construção de cidadania”. A autora, responsável pela tradução do livro de Pierre Zémor, *La communication publique*, apresenta os conceitos de Zémor daquilo que seria uma comunicação pública, ressaltando que “sua legitimidade se determina pela ‘legitimidade do interesse geral’, razão pela qual acontece no espaço público, sob o olhar do cidadão” (BRANDÃO, 2007, 14).

Para ele, as finalidades da comunicação pública não podem estar dissociadas das finalidades das instituições públicas, que são as de: (a) informar (levar ao conhecimento, prestar conta e valorizar); (b) ouvir as demandas, as expectativas, as interrogações e o debate público; (c) de contribuir para assegurar a relação social (sentimento de pertencer ao coletivo, tomada de consciência do cidadão enquanto ator); (d) e de acompanhar as mudanças, tanto as comportamentais quanto as da organização social (BRANDÃO, 2007, 14).

Segundo Jorge Duarte (2007, 71), “comunicação pública diz respeito à interação e ao fluxo de informação, relacionados a temas de interesse coletivo”.

Jorge estabelece quatro eixos centrais da comunicação pública, que “indicam pré-requisitos para a ação dos agentes e instituições que lidam com a comunicação de interesse público: transparência, acesso, interação, ouvidoria social”.

O conceito de comunicação pública vem provocando bastante discussão e debates no meio acadêmico. No entanto, segundo Elizabeth Brandão, nenhum deles apresentou diferenças significativas do que está colocado na formulação de Zémor. Pode-se afirmar, de uma maneira bastante simplista, que todos os estudiosos concordam com a legitimidade do interesse geral.

Voltando à tv legislativa, há outro aspecto relevante evidenciado por Letícia Renault (2004, 45), para quem “o canal legislativo seria mais uma demonstração da intenção do Legislativo de adotar, perante a sociedade, uma atitude em que deveria prevalecer a prática de mais respostas (*responsiveness*) e transparência (*accountability*) nos assuntos de interesse social.”

Para que uma organização seja *accountable*, deve ser transparente, permitindo o acesso e a exposição de seus objetivos e resultados: ser íntegra, responsabilizando-se por suas ações de impacto positivo ou negativo, ou mesmo pela falta de ações, por suas decisões e conseqüências; e prestar contas à opinião pública, sendo, portanto, aberta à fiscalização em todos os aspectos gerenciais (OLIVEIRA, 2005, 9).

É assim que, mais do que divulgar e promover políticos ou a própria instituição, “a comunicação do Legislativo liga-se não somente à informação bruta e simples, mas também à formação de atitudes cidadãs, participativas e conscientes” (MATOS, 1999, 4).

Em que pese tudo o que foi dito, o Legislativo tem pouca credibilidade e o espaço que ocupa na grande mídia e, portanto, no imaginário do cidadão comum, é freqüentemente negativo (MATOS, 1999,3). Além disso, ou em conseqüência disso, a TV Senado tem baixa audiência. Pesquisa realizada pelo Ibope, no período de 14 de abril a 11 de maio de 2008, demonstra que a TV Senado, entre os telespectadores sem TV a cabo, é a emissora com menor audiência, comparada com a Rede Vida, MTV, Record News e TV Gazeta. Em números absolutos, a TV Senado alcançou 77,29 pessoas diferentes por minuto; a Rede Vida, 684,37; a MTV, 1.609,19; a Record News, 1469,97 e a TV Gazeta alcançou 2581,02.

Segundo a pesquisa, tanto no perfil com e sem TV a cabo, a maior audiência é registrada entre os homens, com mais de 50 anos, no período da tarde, no

intervalo entre 14h e 17h59, horário das sessões plenárias, Os turnos da manhã e da noite ocupam segundo e terceiro lugares, respectivamente.

Atente-se, entretanto, para a opinião de Wilson Gomes (2007, 305), segundo a qual, mesmo as televisões não-comerciais, que não possuem “vínculos diretos com as necessidades da comunicação publicitária nem respondem a demandas do sistema de produção” precisam se adaptar aos gostos dos telespectadores, “formados no desfrute cotidiano dos produtos da indústria da comunicação”, Enfim, mesmo as televisões institucionais buscam “atenção, apreciação e memória públicas” e, por isso, têm que lidar com o gosto, a competência e as habilidades do público.

## 5.2. Os discursos na TV

Por tudo o que foi visto até agora, sabe-se que os discursos parlamentares e, de maneira mais ampla, os discursos políticos modificam-se pelo contexto histórico no qual estão inseridos. Sabe-se igualmente que mídia e política têm lógicas diferentes e guardam certo grau de autonomia entre si. Sabe-se também que os canais legislativos cumprem a função de dar transparência aos trabalhos da casa e de permitir ao cidadão comum acompanhar o desempenho de seus representantes. Sabe-se ainda que a política, desde Aristóteles, é valorizada como arte da persuasão e da representação.

Como visto, seguindo o raciocínio de Wilson Gomes (2007, 301), a diversão, a ruptura da regularidade e a dramaticidade são os princípios estruturadores da mídia, ou seja, determinam a lógica atual de funcionamento da mídia. Pode-se ainda acrescentar o fato de a televisão intensificar progressivamente a teatralização da política, como afirma Heloísa Matos (2003, 229). Para ela, a televisão atraiu o homem comum ao cenário público, mas criou “regras que transformariam a política profundamente, aproximando-a do entretenimento”.

Assim, quanto mais um empreendimento ou instituição necessita da exposição pública, tanto mais seus proponentes e personagens principais aprendem a transformar suas ações e motivações em entretenimento, o que explica o fato de a política, especialmente após a consolidação do jornalismo televisivo e do talk show, ter adotado definitivamente as técnicas do show business.

Por mais que o teatro tenha acompanhado e servido aos políticos desde a Antiguidade, foi a televisão que alcançou a teatralização completa da política. O político foi se

tornando um novo tipo de star, o processo político atingindo a forma de espetáculo e a televisão oferecendo o palco ideal (MATOS, 2003, 230).

Por tudo isso, pode-se afirmar que, na sociedade contemporânea e, portanto, midiaticizada, a televisão intensifica a teatralização da política. Conseqüentemente, o discurso parlamentar, agora transmitido ao vivo e sem cortes por uma estrutura tecnológica, como a TV Senado, sofre transformações em seu formato e conteúdo.

No próximo capítulo, este trabalho buscará nos discursos parlamentares características da lógica do entretenimento e conseqüentemente da lógica midiática (ruptura da regularidade, diversão, dramatização). Serão identificadas também as transformações citadas por Luiz Felipe Miguel como introduzidas no discurso político pela mídia:

- 1- reforço à importância da imagem que tende a se tornar, em alguns momentos, o elemento discursivo central;
- 2- a velocidade de apresentação dos conteúdos, que bane do discurso qualquer argumentação mais aprofundada;
- 3- o sentido de intimidade entre os receptores e o emissor do discurso;
- 4 – a diluição dos públicos, já que o discurso atinge uma audiência indeterminada (MIGUEL, 2006,5).

Por fim, esta pesquisa analisará a prática de não argumentar, mas de sofismar, à qual Othon M. Garcia se referiu. Buscar-se-á a sedução presente nos discursos e uma de suas principais estratégias, como o engano ou os falsos axiomas, ou mesmo, as demais figuras de retórica voltadas à lógica midiática. Sem perder de vista, contudo, que se está lidando com discursos políticos, os quais teriam em seu contexto uma “politicidade”, muito difícil de definir.

O caráter político de um discurso, oral ou escrito, não poderia ater-se apenas, nem mesmo prioritariamente, ao fato de que ele ‘fala de política’ (critério semântico), mas depende muito mais do fato de que, ao fazê-lo, realiza certos tipos de atos sociais transformadores das relações intersubjetivas (critérios sintático e pragmático), estabelece sujeitos ‘autorizados’ (com ‘direito à palavra’), instala ‘deveres’, cria ‘expectativas’, instaura a ‘confiança’, e assim por diante (LANDOWSKI, 1992,10).

### **5.3. Exemplificações**

No início deste trabalho, havia a pretensão de comprovar as hipóteses formuladas quanto à apuração dos discursos parlamentares, dentro do contexto das

sessões do Senado Federal. No entanto, por tratar-se de uma casa política, na qual o número de discursos proferidos por dia é muito variável, inviabilizou-se a idéia de analisá-los em grande quantidade. Há dias em que existem muitos oradores, outros em que inexistem qualquer discurso. Desse modo, este trabalho optou por colher amostragens das transformações do discurso parlamentar atribuídas à lógica midiática.

Em um primeiro momento, serão apresentadas situações, nas quais podem ser percebidos aspectos das transformações provocadas pela mídia. São discursos escolhidos de maneira direcionada ao objetivo deste trabalho.

Assim, encontra-se de imediato um discurso parlamentar muito próximo do entretenimento e da diversão, capaz de prender a atenção dos telespectadores. Mesmo não sendo tão recente, o fato tornou-se inesquecível, não apenas por sua proximidade com o entretenimento e com a diversão, mas pelo inusitado do momento, da novidade, da ruptura do tradicional e daquilo que é esperado na tribuna da Casa.

No dia 02 de dezembro de 2003, ao homenagear a passagem do Dia Nacional do Samba, a Senadora Ideli Salvatti (PT-SC) cantou da tribuna alguns “sambinhas”. O fato lhe rendeu algumas notas da imprensa, além dos mais diversos comentários entre seus pares. E foram vários os sambas cantados, talvez na esperança de que todos cantassem juntos, em coro, numa recreação coletiva. Nota-se que a Senadora Ideli não foi a primeira a cantar. O Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) já havia “soltado a voz” na tribuna, em setembro de 2002.

**A SRª IDELI SALVATTI** - ... Peço perdão se não me sair tão bem, mas quero que entendam que é a minha forma de registrar, desta tribuna, que hoje, dia 02 de dezembro, é o Dia Nacional do Samba.

Eu sou o Samba,  
A voz do morro,  
Sou eu mesma, sim senhor (Trecho cantado.)

Na baixa do sapateiro  
Eu encontrei um dia  
A morena mais frajola da Bahia (Trecho cantado.)

....Porque o samba é o som do Brasil.

Olha esta mulata quando samba  
É luxo só  
Quando todo seu corpo se balança  
É luxo só  
Porém, seu coração quando se agita

E palpita mais ligeiro  
Nunca vi compasso tão brasileiro (*Trecho cantado.*)  
(Publicação no DSF de 03/12/2003 - página 39645).

O fato de uma jornalista ser impedida de entrar no plenário do Senado, em 11 de março de 2008, por vestir um traje inadequado também foi tema dos parlamentares e gerou notas na imprensa. Tal fato vem demonstrar a banalização dos assuntos tratados em Plenário, ou mesmo, a presença de assuntos pueris, uma vez que estavam em plena discussão de medida provisória.

Pode também ser citado como tentativa de esvaziamento da discussão principal ou para postergação da votação, uma vez que foi a oposição que explorou bastante o assunto, gerando a ira dos governistas. Independente do motivo, o fato mostra uma tendência de despolitização dos assuntos tratados, bem como a dispensa daquilo que seria mais profundo e argumentativo na discussão de medida provisória.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (DEM – TO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, aproveitando mais uma vez a comemoração do Dia Internacional da Mulher, uma bela comemoração presidida por V. Ex<sup>a</sup>, e conforme conversamos na Presidência da Casa, gostaria de fazer aqui uma solicitação. Eu quero aqui trazer uma reivindicação de algumas jornalistas que foram abordadas na entrada do plenário do Senado porque não usavam saia ou calça comprida, mas bermuda na altura do joelho....

...**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falando pelo PSDB, eu hipoteco a mais irrestrita solidariedade à jornalista Adriana Vasconcelos. Entendo que, no terreno dos costumes, as mulheres conseguiram que se lhes reconhecessem direitos básicos, comezinhos e fundamentais, além das grandes conquistas civilizatórias, que são históricas, delas e dos homens que as compreendem.

Sr. Presidente, sinceramente, não vejo, no traje da jornalista Adriana Vasconcelos, nada que quebre o decoro desta Casa. Quebraram o decoro da Casa os mensaleiros que participavam do Congresso Nacional; quebraria o decoro um Senador que não se portasse com dignidade diante da coisa pública.

...**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei muito rápido. Na verdade, conversando com a nossa querida Senadora, S. Ex<sup>a</sup> me autorizou a dizer que, realmente, o nosso Regimento é tão antigo que não admitia sequer a existência desse traje que a jornalista estava usando, que, na verdade, não é uma bermuda, mas um traje que se assemelha a uma bermuda, um traje moderno que o nosso Regimento, que é muito antigo, sequer admitia a sua existência.

Portanto, esta é uma retificação que a Senadora Kátia Abreu me permitiu fazer aqui, a bem da verdade, para que as jornalistas, as Senadoras, enfim, as mulheres de uma maneira geral possam freqüentar o Senado Federal e usar os trajes modernos que hoje, na sociedade, são absolutamente admitidos.

...**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, questão de ordem, com base no art. 273 e art. 274.....

Portanto, o comprimento da saia ou da bermuda não faz parte da discussão da medida provisória sobre a questão do sistema elétrico (Publicado no Diário do Senado Federal do dia 12 de março de 2008).

Outro exemplo de orador que vai ao encontro das hipóteses apresentadas neste trabalho é o do Senador Mão Santa (PMDB-PI). A Revista Época, de 15 de fevereiro do corrente ano, dedicou-lhe matéria, na qual questiona: “quem é o político piauiense que virou, com sua verbosidade e seu estilo folclórico, um dos senadores mais populares da República”.

Lembrado igualmente pela cantora Rita Lee, a qual declarou em entrevista que gostava de ver o senador do Piauí, o Senador Mão Santa é recordista de *e-mails* (em torno de 480 mensagens por dia, mas o número chega a dobrar ou triplicar em período de matérias polêmicas) e de discursos (896 discursos até 23 de outubro de 2008). O Senador faz variadas e díspares citações de personalidades e chama atenção dos telespectadores e de seus colegas com um específico “atentai bem”. Durante toda a sua fala, Mão Santa mantém um sentido de intimidade com quem o assiste, tanto que, em geral, sempre se dirige aos telespectadores na saudação.

**SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, que preside esta sessão, parlamentares presentes na Casa, brasileiras e brasileiros que nos assistem pelo fabuloso sistema de comunicação, esta vai ser a mais importante sessão do Senado da República neste período legislativo – esta sessão na qual estamos. Não é quantidade, não. Está ali Pedro Simon, está ali Cristo, que nos faz entender Pai, Filho e Espírito. São apenas três, mas a qualidade de toda a vida está ali. Entendemos isso (Publicação no DSF de 15/03/2008 - página 5965).

Seu discurso é lingüística e cognitivamente fragmentado, ou seja, o raciocínio longo é logo descartado, por certo para não se tornar cansativo. Seu estilo lembra aquilo que Wilson Gomes (2007, 295) chamou de aproximação da política com a poética. Ele abusa de figuras de linguagem para provocar emoções, caminha com bastante agilidade de um assunto para outro “com a mínima interpretação, mas com o máximo de engajamento emocional” (GOMES, 2007, 311). Mão Santa dramatiza bastante com seu estilo folclórico. Em vez de lágrimas, provoca, em geral, risos:

**SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) ... Isto aqui é uma farsa! Isto aqui é um teatro! Isto é um circo! Nega-se, numa votação importante, uma tradição de dez minutos para se discutir o mérito, e cinco minutos para encaminhar o voto. Não teve, Pedro Simon! E esse direito, já dizia Rui Barbosa: “Quem não luta pelos seus direitos não é digno deles” (Publicação no DSF de 15/03/2008 - página 5965).

Por outro lado, para persuadir os telespectadores e seus pares, o senador Mão Santa usa metáforas e analogias consideradas polêmicas ou simplesmente não

cultas, como quando comparou a Ministra Dilma Rossett a uma “galinha cacarejadora”, usando como justificativa um livro de Adolf Hitler.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador)  
- Presidente Romeu Tuma, Deus não iria desproteger o Senado: botou V. Ex<sup>a</sup> na Presidência neste instante. Atentai bem. Olha, ô Tião, para onde levamos a nossa formação profissional. Somos médicos, buscamos a etiologia. Só há uma causa de doença.

... Senador Romeu Tuma, como V. Ex<sup>a</sup> é do crime, procura o responsável, o causador. E atentai bem, Tião. Só há uma culpada nisso tudinho: é a Ministra Dilma. Não há dois, não. Esse negócio de ela ser mãe de PAC é outra história. Se nós formos buscar lá na história de Hitler - nazista, socialista, partido do trabalhador lá -, eles dizem que o Goebbels orientava o partido dele e até uma galinha cacarejadora podia ficar gritando: as obras, as obras, as obras... antes de fazer e depois. Esse negócio de apelido é outro. Ela pode ser muito bem a deste Governo. A história se repete. É o seguinte: nós temos que ser o pai da Pátria. Atentai bem. V. Ex<sup>a</sup> tem que trazer uma experiência. Senador Romeu Tuma, eu fui Prefeitinho, a Ministra é Ministra, não foi... Eu tenho essa experiência e quero contar. É por isso que nós estamos aqui. Foi longo e sinuoso.

... - Eu li foi o livro todinho: Mein Kampf. E o Partido do Hitler usava esse artifício. Aqueles que ficavam a mando de Goebbels, só falando das obras, das obras - antes de nascer - das obras, das obras, todo o tempo. Então, essa é uma situação histórica. E nós não temos medo de nada aqui, não. Nós temos medo de ter medo; medo de nos agacharmos diante da corrupção que está aí. Então, eu quero dizer o seguinte, essa é a verdade: nesse imbróglgio todo, por uma falta de decisão - como ele - aqui quis Deus, veio o Ministro da Educação, Paulo Renato... E um erro, uma desgraça nunca vem só, a Mãe do PAC atinge a Mãe da Decência, a Mãe da Dignidade, a Mãe da Virtude, que é a Sr<sup>a</sup> Ruth Cardoso (Publicação no DSF de 03/04/2008 - página 7784).

Em seleção feita pelo Blog de Ricardo Noblat<sup>3</sup>, pode-se ler alguns trechos dos discursos do Senador Mão Santa.

#### **Atentai, senadores: é Mão Santa quem vos fala!**

2007 - Os melhores momentos de Mão Santa

- O Ministro Nelson "Rolando o Lero" Jobim já descobriu que é mais fácil alisar sucuris da Amazônia do que engolir sapos em Brasília. O Governo é errado. Cada macaco em seu galho e esse macacão não está no seu galho. E esse é o Governo.

- E esta cidade, Brasília, somos nós, os piauienses. Brasília tem 300 mil piauienses. A maior colônia aqui é a de mineiros. Juscelino os arrastou. E Brasília é a cidade de maior qualidade de vida porque nela existem 300 mil piauienses.

- Este Senado é o melhor do mundo! Nós estamos aqui. Quem não está não está! Mas nós estamos desde as duas horas. É isso... Nunca se trabalhou na segunda-feira. E nós estamos mostrando a nossa cara. Tem problema? Tem! Mas o Senado romano já elegeu para senador um cavalo. Foi... Um César! Ô, Luiz Inácio, a gente é o destino. César foi poderoso... Calígula botou o cavalo dele e foi Senador.

- Minha gente, vou recorrer à melhor conselheira que Luiz Inácio tem: a mulher dele, a encantadora primeira-dama de quem nós nos orgulhamos, Marisa. Dona Marisa, tudo bem, bacana. A senhora usa o xampu, que tem 52,6% de imposto. Para embelezar os cabelos da nossa primeira-dama. Mas eu quero que esse xampu também chegue para os pobres: para as marisinhas, para as adalgisinhas, para as mulherzinhas deles. Gilvam, são 52%! Se o xampu não tivesse impostos, em vez de R\$10 ele custaria R\$5. Entenderam? Quem vai comprar? O sabonete mesmo, Gilvam! Você gosta das

<sup>3</sup> Reportagem de 03.11.2007, disponível no Blog do Noblat: <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/>

mulherzinhas cheirosas! E é bom. Ô, Luiz Inácio, as nossas mulherzinhas... O sabonete tem 50%. Você não quer sua mulherzinha cheirosa, ô Paim? Todo brasileiro tem.

- Ulysses disse o que Rui Barbosa já havia dito: "De tanto ver as nulidades assumirem o poder, de tanto campear a corrupção, chegará o dia em que teremos vergonha de sermos honestos". E chegou. Chegou a era dos aloprados, como assim definiu o próprio presidente de República. Aí estou com o Lula: é um homem cercado de aloprados por todos os lados.

- Senador Expedito Júnior, V. Ex<sup>a</sup>, que é o mais jovem senador da República, atentai bem: este é o melhor Senado dos últimos 183 anos. Este Senado nunca se reuniu na segunda-feira. Meditem sobre isso! Nunca, dantes, trabalhou-se na segunda-feira.

Outro exemplo de influência da mídia nos discursos são as constantes citações de novelas e programas de televisão. Isso demonstra a presença do entretenimento, da diversão, nos discursos, mesmo que de forma mínima. Uma quebra do assunto sério, na tentativa de fragmentá-lo, e provocar um pouco de diversão, capturar um pouco de atenção quando o assunto começa a perder interesse por sua complexidade. Assim, foi o caso do Senador Romero Jucá (PMDB-RR), líder do Governo no Senado, em 11 de março de 2008.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Com todo o respeito que a Oposição merece, não é nossa intenção passar por cima de ninguém. Agora, não é nossa intenção também baixar a cabeça e deixar que a minoria diga o que se vota e o que não se vota aqui neste Senado. Isto aqui é o Senado da República! Não é a favela “Portelinha”, em que o Juvenal Antena manda e desmanda.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – É o que parece. Às vezes, parece.

**A SR<sup>a</sup> KÁTIA ABREU** (DEM – TO) – Que ótima analogia!

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Às vezes parece.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Aqui não há Juvenal Antena. Aqui tem Senadores iguais, que vão votar pelo Regimento – a Maioria – na forma como a Maioria quiser votar.

Essa é a minha posição, e eu a defendo agora (Publicado no Diário do Senado Federal do dia 12 de março de 2008).

A segunda maneira de fundamentar as hipóteses deste trabalho foi trazer do passado grandes oradores, promovendo pequenas comparações. Isso será feito não a partir da TV Senado, ou mesmo das cópias taquigráficas, nem sempre disponíveis, mas de uma obra histórica, atualmente esgotada, **Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro**, em seus dois volumes, que também oferece o áudio dos discursos.

Nela encontra-se um discurso do Senador Paulo Brossard, pronunciado em 23 de agosto de 1979, no qual manifesta sua insatisfação com o texto do projeto de anistia política. Mas é uma manifestação digna de figurar no livro citado, não só pela

força das metáforas, senão também pela postura do parlamentar, conhecido popularmente por usar de ironia fina, quando queria criticar idéias, comportamentos ou opositores.

Declaro, Sr. Presidente, que um ato de sabedoria não tenha alargado os limites deste projeto, porque aquilo que sair daqui, na tarde de hoje, será a semente que vai germinar, vai florescer e vai vencer. Hoje, estamos vencendo uma batalha, mas a guerra, a campanha, digo melhor, a campanha pela anistia, pela anistia saneadora, pela anistia pacificadora, esta continuará, não vai continuar amanhã, porque vai prosseguir hoje. Votado hoje o projeto da anistia restrita ou da anistia mesquinha, ou da anistia caolha ou da anistia paralítica, hoje, ainda hoje, daqui diremos ao Brasil: a nossa vitória está longe, ainda de ser alcançada, mas, dia mais, dia menos, ela virá, pela voz dos homens que, no fundo das trevas, não perdendo a esperança, anunciavam ao Brasil a anistia para os brasileiros (Publicado em Grandes Momentos do Parlamento, 1999, v. II, 98).

Atualmente, os senadores discordam dos projetos e dos posicionamentos de seus pares de maneira bastante enfática. Na maioria das vezes, usando de sarcasmo e também de ironia. O linguajar, contudo, mudou, “desaparecem as metáforas cultas de Vieira, mas em seu lugar são introduzidas as metáforas populares” (BONFIM, 2006, 14). Exemplifique-se com o discurso do Senador Álvaro Dias (PSDB-PR) ao se referir ao projeto de lei de conversão (PLV Nº 01, 2008), referente à Eletrobrás.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, com muita humildade devo afirmar que esta Casa há pouco cometeu uma imprudência da maior gravidade ao aprovar a admissibilidade, considerando esta medida provisória jurídica e constitucionalmente perfeita. O que estamos votando, na verdade, é um monstrego jurídico. Num linguajar bem popular, eu diria que esta medida provisória é uma espécie, no reino dos animais, de cruzamento de rinoceronte com javali. Eu não tenho a intenção de ofender os músicos dizendo que é o samba do crioulo doido, até porque sei que a Senadora Ideli Salvatti não gostaria. Não, não é o samba do crioulo doido. Isto é muito pior que qualquer confusão que a música possa retratar (Publicado no Diário do Senado Federal do dia 12 de março de 2008).

Na tentativa de ilustrar ainda mais as referidas hipóteses, analisa-se agora como o Senador Afonso Arinos, em discurso proferido em 09 de agosto de 1954, manifesta seu repúdio ao atentado da Rua Toneleros. Na verdade, ele abusa de figuras de retórica para emocionar seus pares e condenar ferozmente o Presidente da República, a quem fez oposição.

Será mentira o sangue que rolou na sarjeta da Rua Toneleros? Será mentira a presença dos órfãos abandonados pelo pai que os devia assistir? Será mentira a viuvez lutuosa que outro dia assistimos, confrangida e ajoelhada na prece do perdão, na ausência do companheiro de sua vida?

Por isto, Senhor Presidente, eu falo a Getúlio Vargas. Eu falo a Getúlio Vargas, como Presidente e como homem. Eu falo a Getúlio Vargas, como Presidente, e lhe digo: Presidente lembre-se Vossa Excelência das incumbências e das responsabilidades do seu mandato; lembre-se dos interesses nacionais que pesam não sobre a sua ação somente, mas sobre a sua reputação. Eu lhe digo: Presidente, houve um momento em que Vossa Excelência encarnou, de fato, as esperanças do povo; houve um momento em que Vossa Excelência, de fato, se irmanou com as aspirações populares. Premido pelo povo, Vossa Excelência, que tinha sido fascista e partidário dos fascistas, foi à guerra democrática. Levado nos ombros do povo Vossa Excelência, que oprimiu o povo e que esmagou o povo, entrou, pela mão do povo, no Palácio do Catete. Mas eu digo a Vossa Excelência: - Preze o Brasil que repousa na sua autoridade; preze a sua autoridade, sob a qual repousa o Brasil. Tenho a coragem de perceber que o seu Governo é, hoje, um estuário de lama e um estuário de sangue; observe que os porões do seu palácio chegaram a ser um vasculhador da sociedade; verifique que os desvãos de sua guarda pessoal são como subsolos de uma sociedade em podridão. Alce os olhos para o seu destino e observe as cores da bandeira, e olhe para o céu, a cruz de estrelas que nos protege e veja como é possível restaurar-se a autoridade de um governo que se irmana com criminosos, como é possível restabelecer-se a força de um Executivo caindo nos últimos desvãos da desconfiança e da condenação (Publicado em Grandes Momentos do Parlamento, 1999, v. I, 15).

Agora observe-se trecho de discurso do Senador Teotônio Vilela, proferido em 26 de julho de 1976. Homenagem a Juscelino Kubitschek, quatro dias após a sua morte. Mesmo sem a presença da televisão, o discurso se serve de linguagem comovente e convincente, mas a retórica é outra, seduz por completo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores: Os inimigos não mandaram flores, mas desta vez estão mandando. Não há mais inimigos, todos se aconchegam à sombra da morte e persignam-se diante da mesma fé. Uns clamam alto a união dos tempos; outros em silêncio, sacodem no peito as emoções desencontradas mais dirigidas. De longe, é possível que haja espectadores indiferentes, mas é difícil encontrar um coração trancado no rancor. ...

...Não foi um paladino, um gênio, um mito – foi mais que isso: um cidadão comum que se fez herói, depois de lutar muito, acertando e errando, mas sempre com inteligência e amor, sensibilidade e respeito, principalmente com a qualidade rara de saber valorizar tudo o que fazia ou tocava e vibrar com tudo que a imaginação lhe oferecia.....O povo não se prostra diante dele, carrega-o nos braços, como os líderes populares de antigamente ou os ases esportivos de hoje.

....O que Juscelino mais conseguiu, e daí o seu triunfo, foi canalizar, burilar, comandar, com amor e alegria, argúcia e pertinácia, parcelas vivas dos anseios nacionais, dentro de um estilo de governação que podia ser discutível, mas respaldado por uma maioria popular indiscutível; que podia não contentar a todos, o que é eminentemente democrático, mas contentava a grande parte do povo que se revelava entusiasta do seu trabalho.

Irreconhecível fisicamente pelo desastre e politicamente pela lei, era um corpo qualquer a mais, à margem da estrada num domingo qualquer de agosto. De repente, a perícia e a opinião pública identificaram o morto e ei-lo, Juscelino Kubitschek de Oliveira de volta à plenitude da consciência nacional (Publicado em Grandes Momentos do Parlamento, 1999, v. I, 327).

Tentando afastar-se de postura tendenciosa, este trabalho selecionou duas sessões, de maneira absolutamente aleatória, para tirar delas o que poderia haver de midiático.

A primeira escolha foi a sessão deliberativa do dia **28.05.2008**. Pode-se notar a Senadora Ideli Salvatti (PT-SC) e o Senador Mário Couto (PSDB-PA) utilizando-se muito de gestos e expressões faciais para falar. Aliás, a característica principal do Senador Couto, em discurso, são os gestos, as expressões faciais e a encenação de efeitos dramáticos. No discurso selecionado abaixo, ele apresenta estatísticas que configuram bem as falácias de Othon M. Garcia, como argumentar com dados fracos.

**A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero pedir complacência em relação aos cinco minutos – que V. Ex<sup>a</sup> me deve de ontem! Porque, ontem, houve dois Regimentos aqui, não é, Senador Camata? Rígido para comigo e complacente principalmente para com a Senadora Kátia Abreu.

Mas, vamos lá! Inclusive, o assunto que me traz à tribuna é um pouco decorrente do bom debate que fizemos ontem a respeito da Medida Provisória do Reporto. E considero de bom nível – com raríssimas exceções – esse debate que fizemos a respeito do significado do público e do privado, o significado do papel do Estado na garantia do serviço público e na garantia das condições para que a iniciativa privada também possa atuar e se desenvolver (Publicação no DSF de 29/05/2008 - página 16986).

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA. Como Líder da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, os jornais, as televisões e as rádios deste País anunciam o inacreditável. Senador Geraldo Mesquita, pense V. Ex<sup>a</sup> o que pode ser inacreditável. Pense um pouco V. Ex<sup>a</sup> o que pode ser inacreditável. Pois estão anunciando o inacreditável: um novo imposto para a população brasileira.

Agora, querem dar o bote no Legislativo: em vez de mandá-lo por emenda constitucional, que precisa de 48 votos para ser aprovada, o Presidente vai mandá-lo como projeto de lei complementar, que precisa de maioria simples, ou seja, 41 votos. O imposto tem o apelido de CSS – Contribuição Social para a Saúde.

..... **O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Já vou descer, Sr. Presidente.

Não vou esconder nenhum Governo, mas olhe aqui. Escândalos de corrupção no Brasil. É isso que não queremos. Três ponto cinco bilhões de dólares, dados da Fundação Getúlio Vargas, de corrupção por ano no atual Governo. Evitem isso! Punam os culpados! Punam os amigos! Acabem com a corrupção e evitem o gasto de três bilhões e meio, que podem ser aplicados na saúde.

Governo Geisel, 9 escândalos de corrupção; Governo Figueiredo, 11 escândalos de corrupção; Governo Sarney, 6 escândalos de corrupção.

Não leio tudo, infelizmente, porque não tenho tempo, mas vou mostrar como estão aumentando os escândalos.

Já vou terminar, Sr. Presidente.

Collor, 19; Itamar Franco, 32; Fernando Henrique Cardoso, 47; Luiz Inácio Lula da Silva... Quando li a primeira vez, essa lista já estava em 121, há um ano e três meses. Vamos ver agora em quanto já está. É isto que a população não quer: não quer imposto, não quer pagar mais impostos. A população brasileira não agüenta mais isso. Nós somos o País que mais pagamos impostos no mundo, no mundo.

Primeira página, 10 escândalos. Segunda página, já estamos em 37 escândalos. Terceira página, já estamos em 66 escândalos. Um por um. Quando tiver tempo vou ler. Quarta página, já estamos em 97 escândalos. E querem cobrar impostos. Isso é terrível!

Quinta página, já estamos em 129 escândalos. Sexta página, estou cansando de virar páginas, estou cansando, Senador Geraldo Mesquita. É isso que a população não quer, Senador. É isso. Sétima página, 134 escândalos de corrupção. O último, desvio de verba no BNDES, esquema do Deputado Paulinho do PDT e a Força Sindical, 134. A primeira vez que li estava em 121.

Desço desta tribuna preocupado ... (Publicação no DSF de 29/05/2008 - página 16988).

O Senador Tião Viana (PT-AC) apela, por sua vez, ao emocional dos telespectadores, o que, por si só, não caracteriza nenhum tipo de transformação motivada pela mídia. A mídia figura nesse discurso por se tratar de um caso de Brasília, muito anterior ao discurso, que provocou quase comoção na cidade. O Senador atingiu aqui os telespectadores e os jornais da cidade. Por certo, o assunto é merecedor de atenção por parte do Parlamento, mas não com tanto tempo de atraso. Nesse caso, pode-se dizer que a imagem do Senador precisava desse caso para se fortalecer.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na verdade, trago um comunicado sobre a vida cotidiana do Distrito Federal no dia de hoje, que é exatamente um fato que envolve direitos humanos, ocorrido no ano de 2007, quando aconteceu uma tragédia familiar aqui envolvendo uma criança de nome Moisés de Souza Soares.

O jornal *Correio Braziliense* naquele período, em janeiro de 2007, fez ampla reportagem e descreveu uma tragédia, “uma infância perdida destruída”, como muito bem disse o jornal.

Relatou o drama de uma criança de quatro anos, que, no gesto inocente de caminhada em torno de sua casa, indo assistir a uma partida de futebol, sofreu fortíssimas queimaduras ao cair numa área que tinha munha de carvão, numa indústria na região de Sobradinho II. Essa criança teve uma completa destruição dos membros superiores, das mãos, dos pés, queimaduras de primeiro, segundo e terceiro graus por todo o corpo, ficando completamente afetada do ponto de vista da sua integridade física. Aquilo tocou a comunidade inteira do Distrito Federal.

E, muitas vezes, a impressão que se tem é que o Parlamento usa o espaço físico do Centro-Oeste, do Distrito Federal, numa espécie de invasão – vem, faz o seu trabalho voltado para suas regiões, para seus Estados – e não faz parte da vida cotidiana. Aquilo me afetou muito. Aquele ambiente mexeu na emoção, porque aqui tenho família, tenho filhos, tenho esposa, e nós temos o dever de estar integrados, sim, à vida da região. E esse caso contou com a comoção de muitas pessoas (Publicação no DSF de 29/05/2008 - página 17000).

Enquanto a Senadora Ideli usa de ironia com seu colega de oposição, Arthur Virgílio também sofisma, sem argumentar, no dizer de Othon M. Garcia.

**A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, ontem, ficamos aqui além das 21h, e, das onze medidas provisórias, votamos apenas uma; portanto, há dez medidas provisórias para o dia de hoje. Pergunto a V. Ex<sup>a</sup>: a que horas vai começar a Ordem do Dia efetivamente? Depois do brilhante pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, ainda haverá outros? Seria conveniente que

iniciássemos a Ordem do Dia o mais rapidamente possível, a fim de que votássemos as dez matérias que nos comprometemos a votar nesta semana (Publicação no DSF de 29/05/2008 - página 17010).

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vem agora o Governo, mais uma vez, no propósito explícito de protelar a aprovação de um projeto que eleva os recursos para aplicação em serviços de saúde – e o povo brasileiro precisa muito de mais recursos investidos em saúde com seriedade e sem corrupção, obviamente –, mas o Governo diz que não se pode aprovar a proposta sem que se apresente uma fonte de recursos para financiá-lo.

Quanta inverdade, Sr. Presidente. Quanta injustiça. Como é grande, como é pantagruélica, Senador Augusto Botelho, a gula arrecadatória deste Governo. Ao perder os recursos da CPMF, o Governo ganhou os recursos adicionais da Contribuição sobre o Lucro Líquido das empresas, do Imposto sobre Operações Financeiras e do excesso de arrecadação de tributos administrados pela Receita Federal que vem batendo recordes todos os meses, em função do bom momento da economia brasileira e, ainda, do momento, pelo menos, acima do razoável, da economia internacional.

Mas, aí, vem o Presidente Lula e faz um desafio à Oposição – aspas para o Presidente – : “...merece um prêmio quem mostrar queda de preço com o fim da CPMF...” – fecho aspas para o Presidente.

...Se o Governo imagina que terá vida mansa no Senado, está enganado. Ele que se prepare para viver um Afeganistão conosco aqui, para viver um Iraque aqui dentro. Não vai ser normal mais a nossa relação se percebermos que a nossa decisão do ano passado é desrespeitada do jeito que está se propondo a fazer o Governo.

...O trabalhador brasileiro médio trabalha hoje cinco meses para pagar os seus impostos. Nos sete meses restantes, ele tenta viver. Nós queremos vida. Não queremos esta saída fácil, medíocre, mesquinha, canhestra de se aumentar a carga tributária porque o Governo não quer abrir mão da ganstança irresponsável, não quer abrir mão da ganstança fútil, não quer abrir mão da ganstança que está plantando as bases para uma crise fiscal gravíssima a partir, no máximo, do médio termo.

Portanto, Sr. Presidente, estamos prontos para o combate (Publicação no DSF de 29/05/2008 - página 17010).

Em **14 de março de 2008**, os Senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Mão Santa (PMDB-PI) declamam poesias. Ressalta-se, mais uma vez, que também no passado se declamava poesia e apelava-se para a emoção, mas não com o objetivo de fugir de uma argumentação mais aprofundada, fragmentá-la, como é feito nos dias de hoje. O Senador Pedro Simon, talvez por possuir muitos anos de Plenário, pede a compreensão dos ouvintes.

Convém destacar que Simon é respeitadíssimo entre seus pares, além de ser conhecido como orador de estilo antigo. “Chama a atenção pela verve, pela retórica impecável, pela ironia fina e pelos gestos” (LIMA, em *Jornal O globo*, de 05/09/1999, 5). Alguns já declararam que preferem ver apenas o bailado de suas mãos em vez de ouvi-lo. Simon já chegou a ser chamado de “derrubador de ministros”, uma vez que seus discursos derrubaram dois ministros do Governo Fernando Henrique Cardoso.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) ... Mão Santa, eu vou dizer aqui: eu tenho muito medo de dizer, fugir do estilo da tribuna parlamentar. Eu tenho muito receio, eu meço as minhas palavras. Mas V. Ex<sup>a</sup> fala, fala, fala, e eu tenho obrigação de salientar um aspecto: eu recebi um livro escrito pela mãe de V. Ex<sup>a</sup>, Ministra da Ordem Terceira de São Francisco, exatamente lá no Piauí. Os telespectadores, convém que compreendam: Francisco de Assis foi considerado o homem do segundo milênio. O mundo inteiro, várias congregações disseram que do ano mil até o ano dois mil a pessoa mais importante que nasceu foi São Francisco de Assis (Publicação no DSF de 15/03/2008 - página 5970).

Observe-se a Senadora Kátia Abreu felicitando o Senador Paulo Paim (PR-RS) pela passagem de seu aniversário, como também já o fizera o Senador Pedro Simon, assim como se referindo ao público que assiste a eles.

**A SR<sup>a</sup> KÁTIA ABREU** (DEM - TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) Obrigada, Sr. Presidente. Eu gostaria de antecipar os cumprimentos ao Senador Paulo Paim pelo seu aniversário no dia de amanhã. O Rio Grande do Sul, com certeza, tem muito a comemorar com mais um ano de vida de V. Ex<sup>a</sup>, um Senador tão competente e dedicado. V. Ex<sup>a</sup> é também um Senador bastante coerente e franco. Embora seja da base do Governo, vem à tribuna denunciar a falta de vontade do Governo Federal para colocar em votação a questão dos aposentados. Quero cumprimentar os aposentados que estavam aqui assistindo à sessão. Não sei se representam alguma associação e, se sim, qual o nome da associação, mas quero dar as boas-vindas a eles e dizer: Esta Casa também é de vocês, que já ajudaram a construir este País. Mas, Sr. Presidente, quero aqui novamente falar sobre um assunto para o qual tenho usado esta tribuna várias vezes, até mesmo cansando colegas Senadores e Senadoras e também o público que nos assiste. Mas trata-se de um tema muito importante para o Brasil (Publicação no DSF de 15/03/2008 - página 5987).

O que se pôde perceber com as amostragens e com todos os outros inúmeros discursos lidos e acompanhados pela TV Senado é que, em sua grande maioria, os discursos são pouco argumentativos e bastante fragmentados, principalmente nos momentos em que se esperam complexidade de argumentos ou maior poder de convencimento. Nesses casos, em geral, parte-se para um “gracejo”, para a quebra de regularidade, uma citação, uma piadinha, um gesto mais rude, uma expressão mais contundente, algo mais interessante ou divertido. Seria um pequeno entretenimento, um tanto quanto forçado ou estranho ao contexto

Em sua grande maioria, os parlamentares dirigem-se a uma audiência indeterminada. São muitos os que ainda não dominam o lugar das câmeras a fim de colocar-se em um melhor posicionamento. São muitos também os que insistem em ler o texto que têm nas mãos, sem qualquer vestígio de eloqüência. Ressalta-se que um discurso pode ser bom, mas seu orador pode não ser eloqüente, o que leva a

insistir que “o poder da eloqüência reside precisamente na força da representação que dá vida ao discurso” (ALEXANDRE JÚNIOR, 2008, 15).

O escritor Machado de Assis, cujo centenário de morte comemorou-se este ano, foi durante algum tempo cronista parlamentar. Machado soube, então, descrever o Senado do Império, no qual muitas vezes se reconhecem características do atual, como, por exemplo, quando o Senador D. Manuel de Assis Mascarenhas falou durante toda a sessão para impedir a aprovação de um projeto, e não conseguiu.

As sessões, segundo Machado, eram raramente ardentes, mas “Zacarias fazia reviver o debate pelo sarcasmo e pela presteza e vigor dos golpes” (2004,37). Do livro de Machado intitulado *O Velho Senado*, um trecho que merece ser lembrado.

...sentia que as figuras serenas e respeitáveis que ali estavam agora naquelas cadeiras estreitas não tiveram outrora o respeito dos outros, nem provavelmente a serenidade própria. E tirava-lhes as cãs e rugas, e fazia-os outra vez moços, árdegos e agitados. Comecei a aprender a parte do presente que há no passado, e vice-versa. Trazia comigo *a oligarquia, o golpe de estado de 1848*, e outras notas da política em oposição ao domínio conservador, e ao ver os cabos deste partido, risonhos, familiares, gracejando entre si e com os outros, tomando juntos café e rapê, perguntava a mim mesmo se eram eles que podiam fazer, desfazer e refazer os elementos e governar com mão de ferro este país (ASSIS, 2004, 26).

## 6. Conclusão

Após vasta revisão bibliográfica, análise de situações reais e de observações empíricas, chega-se ao fim desta pesquisa, a qual tinha como firme propósito avaliar se a prática discursiva, tão antiga e tão constitutiva da política como um todo, vem apresentando de fato transformações em seus formatos e conteúdos.

É possível deduzir, de antemão, que as transmissões ao vivo dos pronunciamentos parlamentares pela TV Senado inserem tais discursos na concepção da política-espetáculo. Tal concepção, como visto, pode ser apresentada de maneira objetiva como “a política que se exhibe, que se apresenta a um público, que se impõe à percepção do cidadão” (GOMES, 2007,403).

Conclui-se também, à vista de tudo que foi analisado, ser preferível afirmar que os discursos parlamentares vêm sendo **contaminados** pela presença da mídia, pela busca da visibilidade midiática e pela própria lógica da mídia (ruptura da regularidade, diversão, dramaticidade).

O que leva a sustentar uma contaminação e não uma real transformação? O fato de ter sido observado, ainda que de maneira empírica, uma volatilidade nos discursos, que ora se apresentam com características midiáticas muito nítidas, ora em outros momentos, com formato e conteúdo mais tradicionais, visto não ter sido notado a constância esperada desses aspectos, mesmo naqueles oradores reconhecidamente midiáticos.

Percebe-se nitidamente uma aproximação dos discursos parlamentares com o entretenimento mas, em seguida, observa-se o retorno imediato a uma fórmula padrão. Ocorre uma piada, uma música, uma poesia, uma ruptura do esperado, mas é algo momentâneo, o qual não se mantém do início ao fim, ao menos com a regularidade esperada. Não se trata apenas de rompantes, pois permeiam o discurso como um todo. Essa aproximação com o entretenimento mantém-se como um dos pilares da construção do discurso, cuja face, entretanto, a maior parte do tempo permanece escondida. “*São como coelhos nas cartolas*”.

Pode-se afirmar que, realmente essa aproximação se deve à própria “cultura de massa, que associou intimamente informação e imaginação, e, na instância seguinte, conhecimento e entretenimento” (MATOS, 2003, 229).

A televisão é, na verdade, o veículo que mais se enquadra na lógica de funcionamento da mídia, cujo vértice é o entretenimento. Por mais que a TV Senado tenha outros objetivos, como promover a cidadania, informar sobre os trabalhos da Casa ou construir uma imagem positiva do Senado Federal, ela não deixa de ter características próprias de sua natureza enquanto veículo de comunicação de massa.

O telespectador, não obstante, só optará por sua programação, se esta for capaz de atrair sua atenção, de apresentar algo interessante ou alguma novidade. Dessa maneira, os atores políticos, que dela se servem em busca de visibilidade pública, de apoio ou do consentimento dos cidadãos, procurarão penetrar em um ambiente formado pela cultura midiática, o qual, por sua vez, valoriza espetáculos e unifica informação e entretenimento.

Dito de outra maneira, discursos não garantem audiência. A sociedade midiaticizada não se detém diante do enfadonho e do tradicional. Assim, evidencia-se que os senadores, de uma forma geral, tendem dar a seus discursos uma certa “superficialidade lúdica”, introduzindo-lhes algo de aprazível. Com isso, por conseguinte, tentam penetrar naquele ambiente de espetáculos, no qual a informação vem junto com o entretenimento.

O que parece se configurar mais determinante e nítido, nas observações efetuadas, é a despolitização dos assuntos, bem como a maneira de tratá-los. No entanto, não é fácil definir a “politicidade” de um discurso político. Eric Landowski afirma que será considerado político o discurso que fala de “política”, mas também é tarefa difícil fixar “campos de pertinência ou de referência” (LANDOWSKI, 1992, 206). Dessa forma, o autor considera como “proporcionador de uma dimensão política todo fazer discursivo cuja efetuação vise, ou simplesmente acarrete, algum efeito de poder”. (LANDOWSKI, 1992, 206.)

É oportuno perguntar, assim, o que de fato buscam os senadores quando pronunciam seus discursos ou fazem uso da palavra? Qual é o efeito de poder? Além de persuadir e convencer, alguns já descobriram, ou redescobriram, que podem utilizar as transmissões em causa própria e já fazem uso desse poder. Estes são os que buscam ampliar sua visibilidade política e preocupam-se com uma imagem a criar ou a manter. Enfatize-se aqui a vital importância da visibilidade para a formação do capital político. Estar na mídia significa, portanto, existir, mesmo que essa mídia seja o próprio canal legislativo.

Por menor que seja a audiência da TV Senado, é nesses momentos discursivos que os parlamentares se aproximam mais de seus eleitores e cidadãos, em busca de persuadi-los e de conseguir anuência deles para suas idéias. É aí que ocorre aquele sentimento de intimidade entre os receptores e o emissor do discurso.

Senadores experientes, bem como os recém-iniciados nos rituais de plenário, utilizam-se de todas as artimanhas regimentais para fazer uso da palavra. Nota-se, em conseqüência disso, uma quantidade de discursos muito maior do que em anos anteriores à inauguração da TV Senado.

Alguns imitam, em seus discursos, colegas mais experientes, outros desenvolvem estilo próprio. Uns são mais eloqüentes, uns simplesmente não dominam a arte da retórica; outros já se utilizam de uma completa encenação dramática.

Todos, sem exceção, sabem que estão sendo televisionados e que alguém a quilômetros de distância, de seu Estado de origem ou não, pode estar acompanhando suas palavras. Prova disso são as constantes saudações a um público indeterminado que os escuta, como também a linguagem em tom de conversa.

Por tudo isso, a impressão que fica é a de que os políticos, levados pela cultura midiática, pela sociedade contemporânea, pela busca da visibilidade, enfim, por todo esse conjunto de fatores, estão sendo forçados a introduzir assuntos banais e pueris, e ainda a tratá-los com pouca argumentação, sem a complexidade necessária. Isso tudo, por estarem dentro de um espaço de discussão, que é o Parlamento.

Dessa forma, percebe-se que essa contaminação, pela mídia e pela lógica do entretenimento, vem desequilibrando a importância dos pronunciamentos no âmbito das demais práticas políticas. Percebe-se também que a “inexistência de um público-cidadão contribui para que tal contaminação desmereça o discurso político e influencie a visão popular de um “falatório vazio”.

Para concluir, pode-se salientar que todas as observações feitas aqui são facilmente comprovadas na análise de campanhas eleitorais na televisão, haja vista o número de estudos e pesquisas sobre assunto. Na tentativa de submeter os discursos parlamentares a essa linha, procurou-se não só manejar impressões, mas também a bibliografia consultada.

No entanto, os estudos específicos sobre a influência da mídia nos discursos parlamentares são escassos. Assim como também era escassa a cobertura do parlamento até poucos anos atrás. Desse modo, espera-se que o tema seja merecedor de maior interesse.

## Referências Bibliográficas

ALEXANDRE JUNIOR, Manuel. **Eficácia Retórica: A palavra e a imagem**. Março de 2008. Rhêtorikê – Revista Digital de Retórica. Universidade da Beira Interior – Covilhã- Portugal. Disponível em: <http://www.rhetorike.ubi.pt/00/pdf/alexandre-junior-eficacia-retorica.pdf>. Acesso em 07 de setembro de 2008.

ARENDDT, Hannah. **O que é Política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 240p.

ASSIS, Machado de. **O velho Senado**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. 84 p.

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982. 78 p.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 421 p.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de Comunicação Pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007. p.1-33.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 207 p.

BOBBIO, Norberto; METTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2004. 2 v.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 716 p.

BONFIM, João Bosco Bezerra. **Palavra de presidente: a oratória dos presidentes do Senado: sob o signo de Rui Barbosa**. Brasília: Senado Federal, 2006. 392 p. volume I.

BRAGA, José Luiz; NETO, Antonio Fausto e PORTO, Sergio Daureel. **A Encenação dos sentidos: Mídia, cultura e política**. Rio de Janeiro: Diadorim 1995. 338 p.

CAMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Dicionário de lingüística e gramática referente à língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Vozes 1981, 266 p.

CARVALHO, Rejane V.A. de. **Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política**. Campinas: Pontes, 1999. 268 p.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006. 328 p.

COSTA, Sergio. **Do Simulacro e do discurso esfera pública, meios de comunicação de massa e sociedade civil.** Revista Comunicação & Política, nova série, v.4, n.2, p.117-136, maio/ago, 1997.

COSTA, Sérgio. **A democracia e a dinâmica da esfera pública.** 1995. São Paulo. Lua Nova. Revista de Cultura e Política, nº 36. Disponível em: [http://books.google.com/books?hl=ptBR&lr=&id=WA4x55ldQtcC&oi=fnd&pg=PA55&dq=%22COSTA%22+%22A+democracia+ea+din%C3%A2mica+da+esfera+p%C3%BAblica%22+&ots=bxGtB9tPNf&sig=4odoBNajmvbX\\_zfzo9l5kGP4zIY](http://books.google.com/books?hl=ptBR&lr=&id=WA4x55ldQtcC&oi=fnd&pg=PA55&dq=%22COSTA%22+%22A+democracia+ea+din%C3%A2mica+da+esfera+p%C3%BAblica%22+&ots=bxGtB9tPNf&sig=4odoBNajmvbX_zfzo9l5kGP4zIY). Acesso em 12 de outubro de 2008.

COTTA, Maurizio. **Voto e representação política.** Brasília: Universidade de Brasília, 1984.88 p.

COURTINE, Jean-Jacques. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise (Org.). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo.** São Carlos: Claraluz, 2003. p. 21-33

DANTAS, Humberto e MARTINS JUNIOR, José Paulo (Orgs.). **Introdução à política brasileira.** São Paulo: Paulus, 2007. 304 p.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto 1997. 237 p.

DOMINGOS, Adenil Alfeu. A arma natural da política: a palavra. In: DOMINGOS, Adenil Alfeu e GOULART, Jefferson O. (Orgs.). **Mídia e democracia.** São Paulo: Annablume, 2006. p.149-162.

DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público.** São Paulo: Atlas, 2007. 200 p.

DUARTE, Jorge. Comunicação Pública. In: Boanerges Lopes. (Org.). **Gestão em Comunicação Empresarial: teoria e técnica.** Juiz de Fora, MG: Multimeios, 2007, v. 1, p. 63-71.

FAUSTO NETO, Antônio. **Fragmentos de uma “analítica” da midiaticização.** 2008. São Paulo. Disponível em: [http://www.usp.br/matriz/es/img/02/Dossie5\\_fau.pdf](http://www.usp.br/matriz/es/img/02/Dossie5_fau.pdf). 2008. Acesso em 12 de outubro de 2008.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. 316 p.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional.** São Paulo: Saraiva, 1967. 283 p.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Curso de Direito Constitucional Brasileiro.** 2 ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense. 1968.197 p. Volume I.

GARCIA, Othon Moacyr. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar.** 7 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1978. 522 p.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. 2 ed. São Paulo: Paulus. 2007.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1991. 115 p.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a. 2 v.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b. 397 p.

KELLNER, Douglas. Cultura da Mídia e Triunfo do Espetáculo. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p.119-146.

LANDOWSKI, Eric. **A Sociedade refletida: ensaios de sociosemiótica**. São Paulo: Educ. 1992. 213 p.

LASSWELL, Harold. **Política quem ganha o que, quando**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1984. 172 p.

LIPOVETSKY, Gilles. **A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo**. Barueri, SP: Manole, 2005. 197 p.

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. **Mídia Eletrônica, Informação Política e Democracia: notas sobre o "Observatório de Cultura e Política do Rio de Janeiro"**. Contato: Revista Brasileira de Comunicação, Arte e Educação, v.2, n.6, p.15-24, jan./mar., 2000.

MAGALHÃES, Álvaro et al. (Orgs.). **Dicionário Enciclopédico Brasileiro Ilustrado**. Porto Alegre: Globo, 1965. 805 p. Volume I.

MALUF, Sahid. **Teoria geral do Estado**. 7 ed. São Paulo: Sugestões Literárias, 1972. 371 p. Volume I.

MATOS, Heloiza. **Comunicação Pública, Democracia e Cidadania: O Caso do Legislativo**. 1999. São Paulo. Disponível em: <http://www.sinprorp.org.br/clipping/2004/285.htm>. Acesso em 12 de outubro de 2008.

MATOS, Heloiza. A política como entretenimento: uma visão do espetáculo midiático. In: BARROS FILHO, Clóvis (Org.). **Comunicação na Pólis – Ensaios sobre mídia e política**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003. p. 227-233.

MÁXIMO, Helena. **A Mídia no Discurso Parlamentar. Outra interface de poder entre mídia e política**. 2007. Curitiba. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca.36.pdf>. Acesso em 12 de outubro de 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. **Capital Político e Carreira Eleitoral: Algumas Variáveis na Eleição para o Congresso Brasileiro.** 2003a. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n20/n20a10.pdf>. Acesso em 12 de outubro de 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. **Representação Política em 3-D. Elementos para uma teoria ampliada da representação política.** 2003b. Disponível em :<http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v18n51/15989.pdf>. Acesso em 12 de outubro de 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. **Discurso, meios e vínculo eleitoral.** 2006. Disponível em: [http://www.unirevista.unisinos.br/\\_pdf/UNIrev\\_Miguel.PDF](http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Miguel.PDF). Acesso em 12 de outubro de 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. **Mito e discurso político: uma análise a partir da campanha eleitoral brasileira de 1994.** São Paulo: Unicamp: Imprensa Oficial, 2000. 232 p.

MIGUEL, Luis Felipe. **Os meios de comunicação e a prática política.** Lua nova: revista de cultura e política, n.55/56, p.155-184, 2002a.

MIGUEL, Luis Felipe. **Mídia e carreira política: alguma teoria e o caso do Brasil.** 2002b. Disponível em: [http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_153.pdf](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_153.pdf)

MINOGUE, Kenneth R. **Política: uma brevíssima introdução.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998. 146 p.

MOISES, Massaud. **Dicionário de termos literários.** 3 ed. São Paulo: Cultrix. 1982. 520 p.

NEGREIROS, Davys Sleman de. **Mídia e política: a metamorfose do poder.** 1989. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/negreiros-davys-midia-e-politica-metamorfose-do-poder.pdf>. Acesso em 12 de outubro de 2008.

NICOLA, Ubaldo. **Antologia ilustrada de Filosofia: Das origens à idade moderna.** São Paulo: Globo, 2005. 479p.

NOGUEIRA FILHO, Octaciano da Costa. **Introdução à Ciência Política.** 2ª edição. Brasília :Senado Federal, Unilegis, 2007a. 261 p. Volume I.

NOGUEIRA FILHO, Octaciano da Costa. **Introdução à Filosofia Política.** Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2007b. 261 p. Volume II.

NOVELLI, Ana Lucia C.R. **O Projeto Folha e a Negação do Quarto Poder.** Dissertação de Mestrado da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. 1994. p. 1-32.

OLIVEIRA, Maria José da Costa. **Poder Legislativo e Comunicação Pública: Uma perspectiva sobre a Região Metropolitana de Campinas.** 2005. Disponível em: <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/17571/1/R1577-1.pdf>. Acesso em 14 de outubro de 2008.

PAIVA, Claudia Gomes. **Discurso Parlamentar: uma proposta de sistematização**. Cadernos Aslegis, v.8, n.30, p.83-127, jan./abr., 2007.

PAIVA, Claudia Gomes. **Uma viagem pelo discurso parlamentar: gênero discursivo por desvendar**. 2006 – UnB. Disponível em: [http://bdtd.bce.unb.br/tesdesimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=694](http://bdtd.bce.unb.br/tesdesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=694). Acesso em 07 de setembro de 2008.

PERELMAN, Chaim. **Tratado da argumentação a nova retórica**. São Paulo Martins Fontes, 1996. 653 p.

QUEIROZ, Antônio Augusto de. **Por dentro do processo decisório: como se fazem as leis**. Brasília: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - DIAP, 2006. 113 p.

RENAULT, Letícia. **Comunicação e política nos canais de televisão do poder legislativo no Brasil**. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2004. 162 p.

RIGITANO, Maria Eugênia Cavalcanti. **Da Política e Suas Atribuições**. 2006. Disponível em: [www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/cidadania/0234.pdf](http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/cidadania/0234.pdf). Acesso em 03 de junho de 2008.

ROUSILEY, C. M. Maia. **Mídia e deliberação pública: mediações possíveis**. 2002. Disponível em: [http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_156.PDF](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_156.PDF). Acesso em 12 de outubro de 2008.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Novas configurações das eleições na idade mídia**. Revista Opinião pública, v.7, n.2, p.172-185, nov., 2001.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Espetáculo, Política e Mídia**. 2002. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rubim-antonio-espetaculo-politica.pdf>. Acesso em 12 de outubro de 2008.

SARTI, Ingrid. **A construção midiática da política e a crise da representação**. 2000. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs00/qt08/00qt0814.doc>. Acesso em 28 de outubro de 2008.

SARTORI, Giovanni. **A Política: lógica e método nas ciências sociais**. 2 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1997. 263 p.

SENADO FEDERAL. **Grandes momentos do parlamento brasileiro**. Brasília Senado Federal, 1998-1999. 2 v.

SENADO FEDERAL. **Regimento interno**. Brasília: Senado Federal, 2007. 2 v.

SENADO FEDERAL. Portal com informações sobre a TV Senado. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/tv/> Acesso em 30 de outubro de 2008.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 28 ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2007. 928 p

SODRÉ, Muniz. **“TV e a cosmética das aparências”**. Observatório da Imprensa, de 30/05/01.

Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/jd300520011.htm>. Acesso em 24 de outubro de 2008.

SOUSA, Américo de. **A Persuasão: Estratégias da comunicação influente**. Universidade da Beira Interior – Covilhã – Portugal. 2001.

Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-americo-persuasao-0.pdf>. Acesso em 07 de setembro de 2008.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. Republicanismo. In: AVRITZER, Leonardo e ANASTACIA, Fátima (Orgs.). **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998. 261 p.

TOURAINÉ, Alain. **Igualdade e diversidade: o sujeito democrático**. Bauru, SP: Edusc, 1998. 109 p.

VANOYE, Francis. **Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita**. São Paulo: Martins Fontes, 1991. 243 p.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UnB, 1991.

WOLTON, Dominique. **Elogio do Grande Público: uma teoria crítica da televisão**. São Paulo: Ática, 1996. 319 p.

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006. 236 p.

## Anexo

### Regimento Interno do Senado Federal Capítulo V Do Uso da Palavra

*Art. 14. O Senador poderá fazer uso da palavra:*

*I – nos cento e vinte minutos que antecedem a Ordem do Dia, por dez minutos, nas sessões deliberativas, e por vinte minutos, nas sessões não deliberativas;*

*III – na discussão de qualquer proposição (art. 273), uma só vez, por dez minutos;*

*IV – na discussão da proposição em regime de urgência (art. 336), uma só vez, por dez minutos, limitada a palavra a cinco Senadores a favor e cinco contra;*

*V – na discussão da redação final (art. 321), uma só vez, por cinco minutos, o relator e um Senador de cada partido;*

*VI – no encaminhamento de votação (art. 308 e parágrafo único do art. 310), uma só vez, por cinco minutos;*

*VII – no encaminhamento de votação de proposição em regime de urgência (art. 336), uma só vez, por cinco minutos, o relator da comissão de mérito e os líderes de partido ou bloco parlamentar ou Senadores por eles designados;*

*VIII – para explicação pessoal, em qualquer fase da sessão, por cinco minutos, se nominalmente citado na ocasião, para esclarecimento de ato ou fato que lhe tenha sido atribuído em discurso ou aparte, não sendo a palavra dada, com essa finalidade, a mais de dois oradores na mesma sessão;*

*IX – para comunicação inadiável, manifestação de aplauso ou semelhante, homenagem de pesar, uma só vez, por cinco minutos;*

*X – em qualquer fase da sessão, por cinco minutos:*

*a) pela ordem, para indagação sobre andamento dos trabalhos, reclamação quanto à observância do Regimento, indicação de falha ou equívoco em relação à matéria da Ordem do Dia, vedado, porém, abordar assunto já resolvido pela Presidência;*

*b) para suscitar questão de ordem, nos termos do art. 403;*

*c) para contraditar questão de ordem, limitada a palavra a um só Senador;*

*XI – após a Ordem do Dia, pelo prazo de vinte minutos, para as considerações que entender (art. 176);*

*XII – para apartear, por dois minutos, obedecidas as seguintes normas:*

*a) o aparte dependerá de permissão do orador, subordinando-se, em tudo que lhe for aplicável, às disposições referentes aos debates;*

*b) não serão permitidos apartes:*

*1 – ao Presidente;*

*2 – a parecer oral;*

*3 – a encaminhamento de votação, salvo nos casos de requerimento de homenagem de pesar ou de voto de aplauso ou semelhante;*

*4 – a explicação pessoal;*

5 – a questão de ordem;

6 – a contradita a questão de ordem;

7 – a uso da palavra por cinco minutos;

c) a recusa de permissão para apartear será sempre compreendida em caráter geral, ainda que proferida em relação a um só Senador;

d) o aparte proferido sem permissão do orador não será publicado;

e) ao apartear, o Senador conservar-se-á sentado e falará ao microfone;

XIII – para interpelar Ministro de Estado, por cinco minutos, e para a réplica, por dois minutos (art. 398, X).

XIV – por delegação de sua liderança partidária, por cinco minutos, observado o disposto na alínea a do inciso II e do § 3o deste artigo.

§ 1o É vedado ao orador tratar de assunto estranho à finalidade do dispositivo em que se baseia para a concessão da palavra.

§ 2o (Revogado.)<sup>11</sup>

§ 3o O líder que acumular lideranças de partido e de bloco parlamentar poderá usar da palavra com base no inciso II uma única vez numa mesma sessão.

§ 4o Os vice-líderes, na ordem em que forem indicados, poderão usar da palavra com base no inciso II do caput se o líder lhes ceder a palavra, estiver ausente ou impedido nos termos do art. 13.

§ 5o O uso da palavra, por delegação de liderança, poderá ocorrer uma única vez em uma mesma sessão e não poderá ser exercido na mesma fase da sessão utilizada pelo líder para falar nos termos do inciso II do caput.

§ 6o O Senador que fizer uso da palavra por delegação de liderança, ou para comunicação inadiável não poderá, na mesma sessão, solicitar a palavra como orador inscrito.

§ 7o Aplica-se o disposto no § 1o do art. 17 aos Senadores que fizerem uso da palavra com base no que dispõem os incisos I, IX, XI e XIV.<sup>10</sup>

§ 8o Aos membros de representação partidária com menos de um décimo da composição do Senado será permitido o uso da palavra, nos termos dos incisos I, II e XIV, uma única vez em cada sessão.

Art. 15. Os prazos previstos no art. 14 só poderão ser prorrogados, pelo Presidente, por um ou dois minutos, para permitir o encerramento do pronunciamento, após o que o som do orador será cortado, não sendo lícito ao Senador utilizar-se do tempo destinado a outro, em acréscimo ao de que disponha.

Art. 16. A palavra será dada na ordem em que for pedida, salvo inscrição.

Art. 17. Haverá, sobre a mesa, no plenário, livro especial no qual se inscreverão os Senadores que quiserem usar da palavra, nas diversas fases da sessão, devendo ser rigorosamente observada a ordem de inscrição.

§ 1o O Senador só poderá usar da palavra mais de duas vezes por semana se não houver outro orador inscrito que pretenda ocupar a tribuna.

§ 2o A inscrição será para cada sessão, podendo ser aceita com antecedência não superior a duas sessões deliberativas ordinárias ou não deliberativas.

Art. 18. O Senador, no uso da palavra, poderá ser interrompido:

I – pelo Presidente:

- a) para leitura e votação de requerimento de urgência, no caso do art. 336, I, e deliberação sobre a matéria correspondente;
- b) para votação não realizada no momento oportuno, por falta de número (arts. 304 e 305);
- c) para comunicação importante;
- d) para recepção de visitante (art. 199);
- e) para votação de requerimento de prorrogação da sessão;
- f) para suspender a sessão, em caso de tumulto no recinto ou ocorrência grave no edifício do Senado;
- g) para adverti-lo quanto à observância do Regimento;
- h) para prestar esclarecimentos que interessem à boa ordem dos trabalhos;

II – por outro Senador:

- a) com o seu consentimento, para apartear-lo;
- b) independentemente de seu consentimento, para formular à Presidência reclamação quanto à observância do Regimento.

Parágrafo único. O tempo de interrupção previsto neste artigo será descontado em favor do orador, salvo quanto ao disposto no inciso II, a.

Art. 19. Ao Senador é vedado:

I – usar de expressões descorteses ou insultuosas;

II – falar sobre resultado de deliberação definitiva do Plenário, salvo em explicação pessoal.

Art. 20. Não será lícito ler da tribuna ou incluir em discurso, aparte, declaração de voto ou em qualquer outra manifestação pública, documento de natureza sigilosa.

Art. 21. O Senador, ao fazer uso da palavra, manter-se-á de pé, salvo licença para se conservar sentado, por motivo de saúde, e dirigir-se-á ao Presidente ou a este e aos Senadores, não lhe sendo lícito permanecer de costas para a Mesa.